



Estratégia
CONCURSOS

Aula

História de Pernambuco p/ CBM-PE (Soldado) - 2020

Professor: Sergio Henrique

SUMÁRIO

00. Bate Papo Inicial.	2
01. A Região Nordeste	3
2. A Colonização do Nordeste	5
2.1. <i>Motivos da Colonização</i>	5
2.2. <i>A Guerra contra “Os Bárbaros”</i>	6
2.3. <i>A lavoura açucareira e a mão de obra escrava. Por que a cana?</i>	8
3. A Escravidão e o Comércio Atlântico	10
4. As Capitanias Hereditárias	11
4.1. <i>Documentos Jurídicos</i>	12
5. As Invasões Estrangeiras (Franceses e Holandeses).	13
5.1 <i>As Invasões Francesas.</i>	13
5.2. <i>A Invasão Holandesa (1630-1654)</i>	14
5.2.1. O Governo de Maurício de Nassau.	14
5.2.2. A expulsão dos holandeses e a decadência do açúcar.	14
6. Fatores de Ocupação do Território: Jesuítas, Pecuária e Bandeirantismo.	16
6.1. <i>Os Padres Jesuítas</i>	16
6.2. <i>A Pecuária</i>	16
6.3. <i>O Bandeirantismo</i>	16
7. O Século XVIII: O Século do Liberalismo.	18
7.1. <i>O Contexto das Ideias Europeias no Século XVIII.</i>	18
7.2. <i>Os Principais Filósofos Iluministas (liberais):</i>	19
7.2. <i>Pensadores Economistas: o Liberalismo Econômico</i>	20
8. Revoltas no Período Colonial (Nativistas) e Projetos de Independência.	21
8.1. <i>Revoltas Emancipacionistas: Inconfidência Mineira e Conjuração Baiana.</i>	24
8.2. <i>A Crise do Sistema Colonial: a Corte Portuguesa no Brasil e o Processo de Independência.</i>	24
9. A Revolução de 1817.	26
10. Exercícios.	28
11. Considerações Finais.	55



00. BATE PAPO INICIAL.

Olá, amigo concurseiro. É com muita alegria que o recebo novamente para falarmos de *história*. Estudar as aulas anteriores é fundamental para que você possa compreender muitas das coisas que vamos tratar aqui. Leia com atenção seu texto de apoio, releia e pratique os exercícios. Aos poucos, o conteúdo básico vai ficar retido na sua memória. Claro que, para isso, é muito importante você fazer suas próprias anotações, ou em forma de resumo ou nos exercícios, não importa, você escolhe. O importante é estudarmos bastante e nos concentrarmos nos estudos. Estimule sua disciplina e procure motivação pensando em seus sonhos. Bons estudos.



01. A REGIÃO NORDESTE

A região nordeste é formada pelos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia. A região possui os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixo do país. Atualmente, a porcentagem de analfabetos gira em torno de 15% da população, a maior entre as regiões brasileiras, bem como a maior mortalidade infantil, que, apesar de ter diminuído na última década de 34,5 para 33 por mil nascidos vivos até o 1 ano, ainda é uma alta mortalidade infantil, o que denota imediatamente as condições de vida precárias em que vive parte da população, sobretudo no sertão. Ocorreram avanços econômicos e sociais na última década com o desenvolvimento da indústria na Mata e a diminuição da desnutrição, mas, ainda, por exemplo, somente 48% dos municípios nordestinos são servidos por rede de esgoto canalizada, índice pior que o da região norte.

No primeiro censo demográfico feito no Brasil em 1872 – encomendado por D. Pedro II, o nordeste era a região mais populosa do país, com cerca de 4,6 milhões de habitantes (46% da população brasileira). No censo seguinte, que só ocorreu em 1890, já foi superado pelo sudeste, situação mantida até hoje. O ciclo do café e a modernização com a implantação de ferrovias e a imigração europeia desenvolveram o sudeste, que se tornou área de atração de imigrantes tanto nacionais quanto estrangeiros. No final do século XX, ocorreu o ciclo da borracha na Amazônia e isso atraiu milhares de nordestinos. Ocorreram dois ciclos da borracha: na virada do século XIX para o XX e durante a segunda guerra mundial; importante ressaltar que, nos dois contextos, a migração de nordestinos foi intensa. A partir da década de 60, os fluxos migratórios se direcionaram para o Centro Oeste, devido à construção de Brasília, e para o Sudeste, em razão de seu desenvolvimento econômico.

A Região nordeste possui a segunda maior população regional do país, que é quase o dobro da população da região sul, somada à do Centro Oeste e Norte. O que isso significa? Que a região é bastante populosa e povoada (com concentração de pessoas na Zona da Mata e no Agreste). Apesar disso, ao longo da segunda metade do século XX a participação da região no PIB nacional foi muito pequena e a pobreza e as grandes desigualdades sociais fizeram com que a região tivesse um histórico de fluxos migratórios para as áreas com novas frentes econômicas e a maior oferta de emprego e renda. Além disso, há migrações motivadas por longos períodos de seca. Vale destacar que, atualmente, o IBGE tem indicado um aumento na imigração de retorno, principalmente vinda do sudeste.

A população e as cidades concentram-se no litoral e isso confere um alto potencial turístico devido às belas paisagens naturais, e pelos monumentos históricos, pois o Brasil foi formado a partir do nordeste. Destacam-se as festas populares, lembrando que a diversidade de manifestações festivas é muito grande e profundamente influenciada pela cultura africana.

A população urbana (residente nas cidades) já é maior que 75%, mas é a taxa de população urbana das regiões brasileiras, no entanto, é a região com maior número de municípios. A



economia vem apresentando crescimento, sobretudo na zona da Mata, em que a indústria tem se desenvolvido bastante, e, se pensarmos o conjunto nordestino, temos uma grande produção automobilística, petrolífera e também um expressivo crescimento na área da informática. A principal razão para isso é o que chamamos de Guerra fiscal, ou seja, a disputa entre os estados brasileiros para atrair investimentos por meio de incentivos como oferecimento de infraestrutura, mão de obra barata e baixos impostos. Também a realização de grandes obras de engenharia civil, como a transposição do Rio São Francisco, cujo eixo leste foi transposto para o rio Paraíba.

O nordeste é dividido em sub-regiões, como podemos ver abaixo:



Divisão sub-regional do nordeste.



ESQUEMATIZANDO

Agora vou convidá-los a iniciar os estudos históricos de Pernambuco. Para tanto, vou dar uma dica e orientarei o conteúdo da seguinte forma: vamos, inicialmente, falar dos aspectos gerais da colonização do nordeste e, em seguida, um tópico para focarmos apenas na realidade pernambucana. Por que tomar este caminho? Por uma razão bem simples: A maior parte das questões de concursos regionais exige conhecimento de dados locais bastante específicos, mas também exige que o candidato domine o conteúdo histórico e o contexto da época. Se você já conhece bem a história do Brasil colonial, pode ir direto para o tópico da História de Pernambuco e para os exercícios.

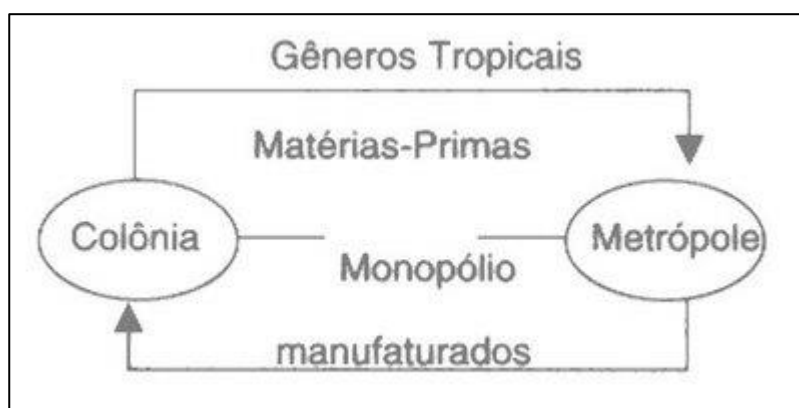
2. A COLONIZAÇÃO DO NORDESTE

2.1. MOTIVOS DA COLONIZAÇÃO

A decisão de povoar o Brasil foi tomada em 1530, pois o rei resolveu mandar uma expedição com este objetivo. **Martim Afonso de Souza**, nomeado comandante da expedição, partiu para o Brasil naquele ano. Percorreu e explorou o litoral, promovendo também incursões de reconhecimento pelo interior. Aqui permaneceu até 1533. Fundou a primeira cidade (a primeira **oficialmente** fundada) São Vicente e montou o primeiro engenho de açúcar do Brasil.

A colonização do Brasil ocorreu quase que acidentalmente. Mais precisamente às pressas e sem um projeto definido de exploração e ocupação. Dois motivos, basicamente, que levaram a coroa portuguesa a colonizar o nosso território foram os seguintes:

- ✓ **O comércio de especiarias com o oriente** estava em decadência (devido ao aumento da concorrência internacional e à diminuição do preço dos produtos devido à maior oferta); e
- ✓ **A ameaça estrangeira** cada vez maior, o que, de fato, impeliu Portugal à colonização. Éramos uma colônia de exploração, ou seja, estávamos sujeitos a uma relação de exploração de nossos recursos e dependência legal (uma colônia não possui autonomia. É administrada pela metrópole) expressos no pacto colonial.



Pacto ou Exclusivo Colonial.

Contexto econômico:

- ✓ **Mercantilismo:** lembre-se das características do mercantilismo: intervenção do Estado na economia, metalismo, busca de superávit (balança comercial favorável), colonialismo.



Déficit: quando o total de importações supera o total de exportações.

Superávit: quando o total de exportações supera o total de importações.

No início da colonização, foi criado o sistema de capitanias, que não se mostrou eficiente. Entre as razões que não deram certo foi a grande resistência dos indígenas. Veremos mais detalhes sobre a organização e o funcionamento político da capitania de Pernambuco, mas agora é importante lembrarmos que quando foi fundado, o território abrangia quase todo o nordeste setentrional (norte do nordeste). Os atuais territórios dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

2.2. A GUERRA CONTRA “OS BÁRBAROS”.

Colonizar o Brasil foi missão das mais difíceis. A coroa portuguesa não tinha recursos para o projeto e o transferiu para a iniciativa privada: por meio do sistema de capitanias e da produção de cana de açúcar. As primeiras expedições que chegaram aqui passaram por muitas dificuldades, entre elas, se não a maior, a resistência dos indígenas à colonização portuguesa. Os indígenas possuíam uma cultura de guerreiros, e a maior parte dos contatos com os europeus foi conflituoso. Em muitas áreas do litoral nordestino, na zona da mata, os colonos portugueses travaram guerras contra as tribos locais.

Nas primeiras décadas da colonização, até o do século XVII, os conflitos com os indígenas ficaram conhecidos como “guerra contra os bárbaros”. Os conflitos começaram com o início da colonização. Os primeiros contatos foram pacíficos e os indígenas não foram escravizados. Eram explorados por meio do **escambo** e do **cunhadismo**. Quando Portugal decidiu pela colonização, as visões sobre o índio mudaram: inicialmente eram descritos como inocentes e bons. A partir de 1530, são descritos como “bárbaros”, violentos, sem religião e com práticas abomináveis como a antropofagia (que, para o índio, tinha um significado simbólico). Quero que você perceba como a palavra “bárbaro” é preconceituosa. Passa uma profunda impressão de desprezo e de inferioridade. Podemos dizer que o português tinha uma visão que chamamos de eurocentrismo. Via a cultura europeia como melhor e mais evoluída e lá como centro do mundo, então, possuíam um profundo sentimento de superioridade em relação ao indígena. Isso serviu também de argumento para a colonização.

Desde o princípio da colonização, os conflitos foram frequentes, até chegarem ao auge no fim do século XVII, no período do final da ocupação holandesa. Particularmente os estudos sobre



este assunto se concentram entre 1693 até 1713, quando foi derrotada uma união das tribos contra os portugueses, que ficou conhecida como confederação dos Cariris ou Confederação dos “Bárbaros”. Também de confederação dos Janduins.

O combate aos indígenas baseava-se no conceito medieval de guerra justa, apoiado e divulgado pela Igreja, desde as cruzadas medievais contra os islâmicos. Estariam combatendo, em nome da civilização e da igreja católica, contra os bárbaros, os antropofágicos (canibais) e sem religião. Então, esta guerra seria justa. A ideia de **Guerra Justa** é uma justificativa para a colonização e para o combate aos indígenas. Destacaram-se os colonos do nordeste, mas, sobretudo, bandeirantes paulistas e padres jesuítas.

O padre jesuíta frei Vicente de Salvador relata como foi penosa a conquista da Paraíba (na época parte da capitania de Itamaracá e de Pernambuco) e os longos anos de conquista até 1586. Os principais indígenas combatidos eram os do sertão, à margem direita do São Francisco, os índios do ramo linguístico **Tapuia**. São várias tribos indígenas designadas genericamente pelos portugueses de **Cariris**. Eles eram caçadores (diferentes dos tupis do litoral. Para os tupis, eram tapuias os não tupis), produziam cerâmica e pontas de flechas e machados com pedra polida ou sílex. Genericamente, os Potiguaras também eram tratados por esta designação nos relatos mais antigos.



Representação ilustrativa dos confrontos indígenas.

Os confrontos com os indígenas, sobretudo os belicosos (guerreiros) Potiguares, foram difíceis. Os primeiros capitães travaram profundas lutas contra os indígenas e contra os invasores franceses. O capitão donatário de Pernambuco Duarte Coelho, em vários momentos, deu seu apoio militar para o combate dos Potiguares nas terras paraibanas. Os indígenas se juntaram formando a já citada união das tribos, que ficou conhecida como confederação cariri. É importante

lembrarmos que se trata de uma união entre as diversas tribos tapuias/cariris que se uniram contra os colonizadores para defender seu território, então realizavam frequentes ataques aos engenhos e às vilas, causando grande destruição.

Enquanto ocorriam décadas de confronto foi instalada a lavoura açucareira, que usou a mão de obra escrava africana e contou com o suporte financeiro dos holandeses, que mais tarde invadiram a capitania de Pernambuco, dando início a um processo de colonização holandês, sobre o comando de Maurício de Nassau. Estudaremos esses assuntos nas próximas aulas e vamos tratar agora da implantação da lavoura de cana de açúcar. Como ocorreu, por que optaram por este produto e pela escravidão. Vamos nessa!

2.3. A LAVOURA AÇUCAREIRA E A MÃO DE OBRA ESCRAVA. POR QUE A CANA?

A opção por cultivar a cana de açúcar ocorreu por várias razões que vamos enumerar:



Trabalho dos escravos nos engenhos de açúcar.

1. **Havia uma alta demanda** na Europa pelo açúcar e seus preços eram altos.
2. **A cana é um vegetal** asiático, da Índia, que possui **clima quente e úmido**. Adaptou-se muito bem ao clima do litoral nordestino (tropical úmido) e ao solo fértil da região (solo de massapé).
3. **O financiamento** da produção, o transporte, o refino e a distribuição no mercado europeu do açúcar era realizado por holandeses.



TOME NOTA!

Clima tropical úmido: É o clima da região do litoral nordestino, a zona da mata. É quente e úmido e sofre influência da umidade oceânica, e no inverno da massa polar atlântica, que provoca chuvas de inverno.

Solo de Massapê: É o solo encontrado na zona da mata. Solos são rochas desagregadas, misturadas com material orgânico e microrganismos. Ele é o resultado da desagregação de duas rochas: a gnaiss e o calcário. É um solo profundo e fértil.

A opção pela cana de açúcar tinha como objetivo garantir o máximo de lucro para a metrópole, que, no contexto do início da colonização, encontrava-se em crise econômica e **transferiu os gastos da colonização para a iniciativa privada** por meio das capitanias hereditárias e dependia do financiamento e da infraestrutura holandesa. Os flamengos (holandeses) ficavam, portanto, com as atividades mais lucrativas que envolviam o comércio internacional do açúcar. A relação com os holandeses era intensa e pacífica até 1580, quando ocorreu a **União Ibérica**, que foi a união entre os dois reinos, Portugal e Espanha, sob domínio espanhol. Durante o período da União Ibérica, os holandeses foram proibidos de participar da atividade açucareira no Brasil por serem inimigos da Espanha. Neste contexto, invadiram Salvador e, depois, Pernambuco.

A expulsão dos holandeses em 1654 está ligada à decadência da cana de açúcar. Não há dúvidas da importância da atividade açucareira para a Holanda, mas vale ressaltar que nunca se ocuparam da produção. Nunca foram donos de um só engenho no Brasil, nem mesmo no período em que invadiram e permaneceram em Recife, atual capital de Pernambuco. Sempre se comprometeram com o financiamento, o frete e o comércio, principalmente.

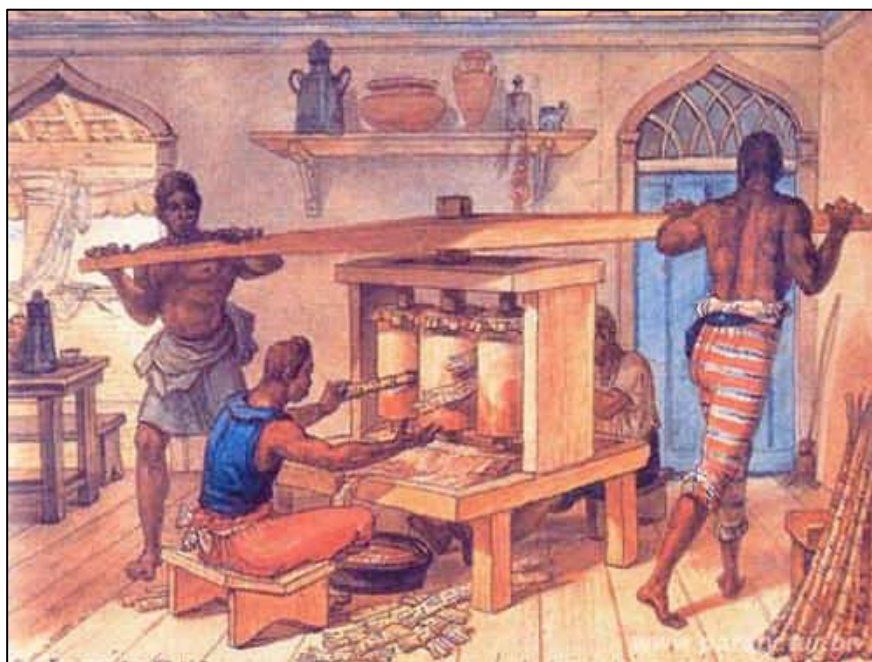
Os engenhos foram instalados destacadamente em **Pernambuco**, na Bahia, em pequenas faixas territoriais maranhenses, no nordeste e em **São Vicente**, litoral de São Paulo. O modelo de produção adotado foi o *Plantation*, cujas características são:

1. **Monocultura** (só se cultivava cana de açúcar).
2. **Exportação** (o objetivo é atender a demanda do exterior, no caso a metrópole).
3. **Latifúndios** (grandes extensões de terra).
4. **Escravidão** (Mão de obra escrava africana).



3. A ESCRAVIDÃO E O COMÉRCIO ATLÂNTICO

A escravidão africana foi uma opção, devido a um mercado extremamente lucrativo que era o comércio de africanos, pois a demanda de braços era tão grande quanto a demanda por açúcar. Movimentava um mercado (o mercado atlântico de escravos), que era grande como a demanda europeia pelo sabor doce. *Por que não escravizar o índio*, você pode perguntar, mas é preciso lembrar que a Igreja Católica posicionou-se, por meio de Bulas Papais e na expansão e colonização da América, contra a escravidão do **gentio** (nativo, indígena). E não movimentava um mercado tão lucrativo e estruturado, como era o comércio de africanos.



Mão de obra dos escravos africanos nos engenhos de açúcar.

Quanto ao negro, a escravidão era denunciada por alguns religiosos, mas, no geral, era tolerada e aceita, e, em todo o período colonial e no império brasileiro, era o sustentáculo da economia e o elemento fundamental na organização da sociedade, pois todo o trabalho braçal, inclusive o de vestir os seus senhores, era realizado por um cativo. A demanda por braços para o trabalho era muito grande, ao ponto de Portugal não conseguir atender a demanda. Isso gerou o comércio atlântico que fugia ao controle de Portugal: **O tráfico negroiro**. Os africanos escravizados eram transportados nos navios negreiros, cuja mortalidade era tão alta, que foram apelidados de navios tumbeiros. Eram descarregados no litoral nos mercados de escravos, onde eram vendidos, e dali seguiam para as fazendas. Para evitar a comunicação e as rebeliões, separavam as famílias e as tribos. Durante todo o tempo em que ocorreu a escravidão (1530-1888), ocorreu também a resistência africana. Resistiam por meio de suicídios, de abortos, de levante contra seus senhores, de fugas e da formação de Quilombos. Durante as invasões holandesas e diante da resistência dos colonos na primeira invasão na Bahia, estimulou muito o surgimento de quilombos.

4. AS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS

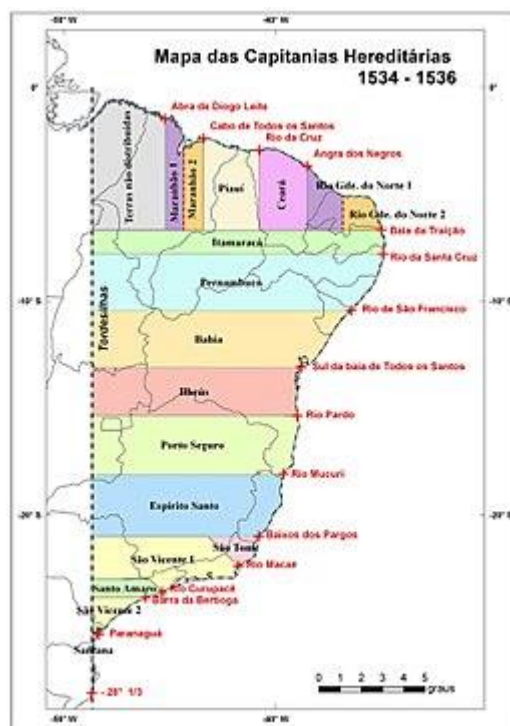


Figura 10 - Proposta do novo mapa das capitanias hereditárias. Desenho do autor.

Quando Portugal optou pela colonização do território e por abandonar o antigo sistema de feitorias, **transferiu os gastos para a iniciativa privada**. Com a criação das capitanias hereditárias, que a coroa portuguesa já havia tentado em algumas colônias, o território brasileiro foi dividido em 15 faixas que iam do litoral até o limite do tratado de Tordesilhas.

O que são?

São equivalentes hoje aos estados. Na colônia eram chamadas de capitanias, no império, províncias e, na república, estados. As 15 capitanias criadas foram concedidas a 12 capitães donatários (como eram chamados os que recebiam o benefício). A capitania de Itamaracá, por exemplo, foi o terceiro quinhão de terra recebido por Pero Lopes. É importante destacarmos que, na época, não era um grande negócio, pois os riscos e as dificuldades do empreendimento eram muito grandes.

De todas as capitanias somente a de Pernambuco e a de São Vicente prosperaram. Os donatários possuíam um poder muito grande. Poder sobre a vida e a morte dos homens e o domínio sobre o território. Predominava um grande **localismo político**, ou seja, as questões mais relevantes eram resolvidas aqui mesmo, pois, com as dificuldades de transporte e comunicação, tudo que era enviado a Europa demorava meses, ou anos, para serem resolvidos. Era um empreendimento perigoso e custoso, além do risco de perder tudo em naufrágios, como ocorreu

com várias embarcações portuguesas, sem contar que existia o risco dos ataques indígenas e os rigores de adaptação aos trópicos; bem como as dificuldades inerentes à construção de uma vila e iniciar a colonização. Por isso não foi tão bem sucedido.

4.1. DOCUMENTOS JURÍDICOS.

Os donatários desembarcavam com dois documentos: **A carta de doação** e o **foral**. O primeiro, como o próprio nome diz, é a carta que dá os direitos de exploração da terra. Entre seus direitos estavam o de total autonomia política para decisões, recolher os impostos e pegar parte para si. Os direitos e as obrigações estavam escritos no **foral**. O Principal dever era o de povoar a colônia e de consolidar a colonização portuguesa. Para o povoamento, os donatários deveriam distribuir as **Sesmarias**. Elas eram grandes propriedades que eram doadas para o povoamento. Seguiam o seguinte critério: podiam receber sesmarias quem fosse católico e plantasse cana de açúcar. Era lei que, em todo o litoral, só fosse cultivada a cana. Com o tempo, as fazendas de gado conquistaram o interior, principalmente na zona da mata e no sertão.

A estrutura fundiária (distribuição das áreas agricultáveis em tipos de propriedade) de Pernambuco é bastante concentrada, destacadamente no sertão e na zona da mata. A distribuição de sesmarias era a única forma de ter acesso a terra e isso levou a uma grande concentração de terras nas mãos de poucos proprietários, muitos deles descendentes dos senhores de engenho. As capitanias foram extintas em 1759, por marquês de Pombal, mas até a independência (1822) as sesmarias eram distribuídas.

Em 1850, durante o império, foi lançada a lei de terra que proibia a doação de sesmarias e transformava a terra em mercadoria que poderia ser comparada e vendida à vista em leilão público. Foi uma forma de manter o monopólio dos grandes proprietários sobre a terra, pois é a época da extinção do tráfico de escravos e a imigração estrangeira. Pernambuco recebeu muitos imigrantes, e quem entrou no estado depois da lei terras teve muita dificuldade de acesso a ela.



5. AS INVASÕES ESTRANGEIRAS (FRANCESES E HOLANDESES).



Representação Ilustrativa das Invasões Estrangeiras.

5.1 AS INVASÕES FRANCESAS.

O litoral brasileiro era bastante frequentado por piratas e corsários franceses. “*Piratas e corsários são coisas diferentes?*” Sim, são. Aparentemente são a mesma coisa. Capitães de navios que atacavam frotas mercantes para pilhá-las. Mas, enquanto a **pirataria** era uma atividade marginal e individual e o sujeito é um saqueador; o Corsário era um “pirata oficial”. Se o navegador recebe um documento do Estado chamado de **Carta de Corso**, ele se transforma no corsário. Pode saquear e derrubar navios, desde que inimigos da coroa francesa, ou seja: navios espanhóis, portugueses e ingleses.

A França realizou duas invasões ao Brasil. A primeira no Rio de Janeiro e a segunda no Maranhão. A **primeira invasão** ocorreu entre 1555 e 1558 na Baía da Guanabara, no Rio de Janeiro. Um grupo de *hungenotes* (calvinistas) tentava fugir das perseguições religiosas na Europa. Vieram sob o comando de Villegagnon e do Almirante Coligny. Fundaram um forte militar e iniciaram uma colônia: **A França antártica**. Foram expulsos pelo Governador Geral, Mem de Sá, em 1560. Durante o tempo todo de permanência, exploraram ativamente as madeiras do litoral.

A Segunda invasão foi em 1612 no Maranhão onde fundaram a cidade de São Luiz. Criaram a **França equinocial**. Nas duas tentativas se associaram aos indígenas contra os portugueses. Foram expulsos do Maranhão em 1615.

5.2. A INVASÃO HOLANDESA (1630-1654)

Em 1630, com uma esquadra de setenta navios, os holandeses chegaram a Pernambuco e dominaram Recife e Olinda sem maiores dificuldades. A Espanha, envolvida em outras prioridades militares, não mandou grande apoio militar para a resistência estabelecida pelos colonos. Aos poucos, com as vantagens oferecidas pelos invasores, a resistência se enfraqueceu e muitos produtores passam para o lado flamengo, pois estes se comprometeram a respeitar a **liberdade religiosa** (lembre-se de que os holandeses eram calvinistas e os portugueses católicos), o **direito de propriedade** das terras e engenhos, bem como realizariam **financiamentos** e **comprariam a produção**.

5.2.1. O Governo de Maurício de Nassau.



Maurício de Nassau foi governador geral dos domínios holandeses, e aqui permaneceu entre 1637 a 1644. Preocupou-se com a reorganização da produção açucareira (que foi comprometida pelas tentativas de resistência dos colonos) e com a segurança. Procurou conciliar os luso-brasileiros (portugueses e descendentes que aqui habitavam) que ficaram sob seu domínio, e tratou de ampliar territorialmente o domínio holandês, que passou a ocupar territórios entre o Maranhão e a Bahia. Nassau devolveu as propriedades aos seus antigos donos, ampliou o crédito e forneceu empréstimos a juros controlados. Ainda passou a cobrar impostos mais baixos que os cobrados por Portugal e a realizar importantes melhoramentos urbanos. Apesar da política conciliadora, não conseguiu impedir conflitos e contradições. Os senhores de engenho que haviam contraído empréstimos com os holandeses não conseguiam saldar suas dívidas, e conflitos religiosos (apesar da liberdade religiosa concedida pelos holandeses) ocorriam. Os conflitos se tornaram mais intensos quando, em 1640, Portugal restabeleceu sua coroa e se libertou da Espanha, pondo fim à União Ibérica.

5.2.2. A expulsão dos holandeses e a decadência do açúcar.

Com o fim da União Ibérica, Portugal tratou de recuperar seus territórios coloniais e propôs uma trégua de 10 anos para a desocupação holandesa do Nordeste.

A partir daí, a Cia das Índias Ocidentais resolveu diminuir seus efetivos militares a fim de conter os gastos. Nassau foi demitido e o novo governo tornou-se extremamente severo, sobretudo em relação às dívidas dos senhores de engenho e ao prazo para saldá-las. Muitas propriedades foram confiscadas e a tolerância religiosa não era mais observada com os mesmos



cuidados. As tensões se acumularam e começaram a se manifestar na forma de rebeliões que se generalizaram, até que eclodiu um processo de rebelião que expulsou os holandeses: **A Insurreição Pernambucana**.

Os colonos luso-brasileiros confrontaram os holandeses entre 1645 e 1654, quando finalmente são expulsos. Portugal ainda pagou uma pesada indenização à Holanda e o comércio e a produção de açúcar foram profundamente prejudicados, pois flamengos foram se instalar nas Antilhas (na ilha de Curaçau, na América central) e se tornaram fortes concorrentes do Brasil no mercado açucareiro.

A produção de açúcar no caribe foi o início da decadência da nossa produção, pois o açúcar era de melhor qualidade e muito mais próxima a Europa, o que barateava o frete. Os holandeses passaram a fornecer um açúcar melhor e mais barato.



Pintura “A batalha dos Guararapes” de Victor Meirelles.

A principal batalha da insurreição Pernambucana.

6. FATORES DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO: JESUÍTAS, PECUÁRIA E BANDEIRANTISMO.

6.1. OS PADRES JESUÍTAS

Os Padres da *Cia. De Jesus* eram também conhecidos como **soldados de batina**. O apelido é porque a ordem jesuítica possuía uma organização e preparo militar, bem como pelo fato de seu fundador, Inácio de Loyola, ter sido oficial militar. Fundavam no Brasil (e em todo o mundo colonial português), as Missões jesuíticas, incumbidas de catequizar os nativos e protegê-los nas **Missões, ou colégios jesuíticos**. Não foram raras as situações em que expedições de **bandeirantismo** atacavam as missões querendo escravizar seus indígenas, que já eram cristianizados e ensinados ao trabalho. As missões jesuíticas ocuparam, além do litoral, o sul do Brasil na fronteira com a Argentina e, principalmente, na região amazônica. As missões jesuíticas tiveram um importante papel na ocupação do nosso território, muitas vezes servindo a Portugal como ponto de demarcação de fronteiras. Ao longo do rio Amazonas foram penetrando no interior. Essas missões amazônicas treinavam e usavam os indígenas como mão de obra (não escrava), para coletarem as **drogas do sertão**. Drogas do sertão eram ervas medicinais, coletadas em meio à floresta e vendidas para a Europa. Eram valiosas como as especiarias asiáticas.

6.2. A PECUÁRIA

Era a principal atividade complementar da colônia, pois fornecia carne, couro e transporte. Era realizada mais ao interior do território brasileiro, onde encontrou a vegetação da Caatinga e o **Cerrado**. A pecuária desenvolveu-se principalmente nas regiões de cerrado por suas sempre verdes pastagens naturais. E uma coisa diferenciava fundamentalmente a pecuária das outras atividades: **O uso de mão de obra livre, normalmente indígena**. O vaqueiro, como era chamado, recebia sua remuneração em filhotes das crias.

6.3. O BANDEIRANTISMO

As bandeiras eram expedições com objetivos comerciais e privados. Não eram as únicas expedições que ocorriam em nosso território. Havia as expedições de reconhecimento enviadas pela coroa, que eram chamadas de **Entradas**. As atividades dos bandeirantes iniciaram em São



Vicente. A capitania, nos primeiros anos de ciclo do açúcar, junto com Pernambuco, foram as únicas que tiveram sucesso.

No entanto, a atividade açucareira logo entrou em decadência (principalmente devido à distância maior de Portugal, o que encarecia o frete, além disso, o açúcar pernambucano era de melhor qualidade). Os paulistas viram-se obrigados a dedicar-se a uma atividade econômica alternativa, que foi o bandeirismo. Havia basicamente três tipos de expedições bandeirantes:

- ✓ **Bandeirismo de Contrato:** Grupos contratados para capturar escravos fugidos e destruir quilombos.
- ✓ **Bandeirismo de Preação ou apresamento:** Expedições cujo objetivo era capturar indígenas e escravizá-los. (Por isso sempre entravam em conflito com os padres jesuítas que os protegiam).
- ✓ **Bandeirismo de Prospecção:** Expedições para buscar jazidas ouro, prata ou pedras preciosas. Foram os paulistas que encontraram o ouro no início do século XVIII, dando início ao ciclo da mineração.

Como a movimentação pelo território era muito difícil devido às florestas e ao relevo planáltico, os rios ocupavam uma posição de destaque para viabilizar as expedições. Eram chamadas de **Monções**, expedições bandeirantes feitas por rio.



7. O SÉCULO XVIII: O SÉCULO DO LIBERALISMO.

Podemos chamar as ideias liberais que se desenvolveram no século XVIII de iluminismo ou liberalismo. São as ideias que estão por trás dos principais movimentos que veremos nesta aula. Pernambuco no contexto da independência do Brasil e durante o Império (nesta aula veremos o período até o primeiro reinado, quando eclode a Confederação do Equador) foi um dos grandes centros intelectuais e políticos do país, e celeiro de grandes movimentos políticos. O pensamento liberal, que tanto influenciou a construção do Estado Nacional brasileiro no império (1822-1889) (na estrutura de três poderes, constituição, parlamento) e no processo de proclamação da República (o pensamento republicano também faz parte das ideias liberais). O pensamento liberal foi muito forte no estado de Pernambuco, que foi protagonista da **Revolução Praieira (1917)**, da **Confederação do Equador (1824)**, do Abolicionismo e do pensamento republicano. Nesta aula veremos também o conflito colonial, classificado como revolta nativista (não tinha caráter de independência): **A guerra dos Mascates (1710/11)**. Então vamos à um passeio pela história de Pernambuco desde o início do século XVIII.

7.1. O CONTEXTO DAS IDEIAS EUROPEIAS NO SÉCULO XVIII.

O Iluminismo é um movimento intelectual que surgiu no século XVIII. Promoveu profundas mudanças na filosofia, ciência e economia no mundo da época. O termo iluminismo vem de luz, que para eles significava razão. A razão e o conhecimento transformariam a humanidade ao romper com as “trevas da ignorância” da Idade Média. Os iluministas queriam romper com o “Antigo Regime” (idade moderna).

O Antigo Regime caracterizava-se:

- ✓ **Na política:** Monarquias absolutistas.
- ✓ **Na economia:** O mercantilismo (capitalismo comercial).
- ✓ **Na sociedade:** Uma divisão social rígida, sem mobilidade

Social (não é possível mudar de camada social) e com privilégios para o clero e a nobreza (não pagavam impostos e ocupavam cargos públicos por direito).

As principais características do Iluminismo:

- ✓ Antiabsolutistas (contrários ao absolutismo monárquico).
- ✓ Anticlericalistas (contrários ao clero das grandes religiões).
- ✓ Racionalistas (pregam a razão como a luz da humanidade).



- ✓ Empiristas (procuravam observar o funcionamento da natureza e realizar experiências. É o pensamento na raiz do desenvolvimento da ciência).
- ✓ Deistas (acreditavam que deus era o “relojoeiro do universo”, que o criou com leis rígidas de funcionamento).
- ✓ O enciclopedismo. Os iluministas queriam reunir em textos, todo o conhecimento racional produzido pela humanidade. Assim surgiram as enciclopédias, a partir do trabalho de dois pensadores: **Diderot** e **D’alambert**.

Os pensadores iluministas pregavam a República para substituir a monarquia, a divisão dos poderes em **executivo, legislativo e judiciário**. Do pensamento iluminista vieram os princípios da Igualdade, Liberdade e Fraternidade, que nortearam a Revolução Francesa. O pensamento iluminista promoveu profundas transformações no mundo. As **Revoluções Burguesas** basearam-se nos princípios iluministas. **A Revolução Inglesa, Independência dos EUA, Revolução Francesa** e a **Independência dos países da América Espanhola** foram diretamente influenciadas pelo iluminismo.

No Brasil as revoltas anticoloniais da Inconfidência Mineira e da Conjuração Baiana, também eram iluministas. A **Revolução Praieira** e a **Confederação do Equador**, já no império, também.

7.2. OS PRINCIPAIS FILÓSOFOS ILUMINISTAS (LIBERAIS):

- ✓ **John Locke** (1632-1704), ele acreditava que o homem adquiria conhecimento com o passar do tempo através do **empirismo**; defendia o direito à rebelião dos povos oprimidos. Seu pensamento influenciou a **Revolução Inglesa e a Independência dos EUA**.
- ✓ **Voltaire** (1694-1778), ele defendia a liberdade de pensamento e não poupava crítica a intolerância religiosa.
- ✓ **Jean-Jacques Rousseau** (1712-1778), ele defendia a ideia de um estado democrático que garanta igualdade para todos. Sua principal obra é o **“Contrato social”**.
- ✓ **Montesquieu** (1689-1755), ele defendeu a divisão do poder político em Legislativo, Executivo e Judiciário em sua obra “O Espírito das Leis”. Para ele o poder concentrado na mão do rei leva a tirania, então o Estado deveria dividi-lo em poder executivo (executa as leis, o governo), legislativo (cria as leis, o congresso) e judiciário (que julga e fiscaliza os poderes).



7.2. PENSADORES ECONOMISTAS: O LIBERALISMO ECONÔMICO

Formulado por **Adam Smith** e defendia o “laissez faire laissez passer” (deixa fazer ... deixa passar...), os princípios do liberalismo, ou seja, a intervenção mínima do Estado na economia. Defendia a livre concorrência, a livre iniciativa e o livre mercado. Sua teoria baseia-se no princípio de que os homens através de seus desejos mais individuais e egoístas, contribuem mais para o coletivo, com a geração de riquezas. Sua ideia fundamental é a auto regulação dos mercados. Entende que a produção se equilibra naturalmente com a demanda, sem a intervenção do estado, que só traria distorções no mercado.

Como o pensamento liberal iluminista se relaciona com Pernambuco?

O pensamento iluminista possui algumas propostas políticas como a República (com sufrágio universal: voto), liberdade de pensamento, manifestação e representação política, eram contra o colonialismo (prática mercantilista combatida pelos liberais) e pregavam o pensamento de que é melhor a intervenção mínima do estado, e era contrário ao trabalho escravo e a favor do trabalho assalariado. Pensamentos muito presentes em Pernambuco no contexto da independência do Brasil. Foram as ideias que nortearam e influenciaram a *Revolução Praieira*, a *Confederação do Equador*. Também foi o liberalismo pernambucano que gestou grandes intelectuais e estadistas como o abolicionista Joaquim Nabuco. Na época da proclamação da República (uma forma liberal de organizar o estado. Dividida em 3 poderes – executivo, legislativo e judiciário, constitucional e laica (separava a religião do Estado). Estes pensamentos foram historicamente maturados pela intelectualidade da elite pernambucana ao longo do século XIX.



8. REVOLTAS NO PERÍODO COLONIAL (NATIVISTAS) E PROJETOS DE INDEPENDÊNCIA.

As revoltas nativistas foram provocadas pela insatisfação das elites coloniais contra o monopólio comercial da metrópole e seu grande controle político (lembra do pacto colonial?) Não pretendiam a independência de Portugal, mas flexibilizações no pacto colonial e contra os altos impostos.

Principais razões da insatisfação dos colonos:

- ✓ Monopólio português do comércio de mercadorias (pacto colonial).
- ✓ Preços elevados cobrados pelos produtos comercializados pelos portugueses.
- ✓ Medidas da metrópole que favoreciam os portugueses, principalmente os comerciantes.
- ✓ Conflitos culturais, políticos e comerciais entre colonos e portugueses.
- ✓ Altos impostos cobrados pela coroa portuguesa.
- ✓ Exploração colonial praticada por Portugal.
- ✓ Rígido controle, através de leis, imposto pela metrópole sobre o Brasil.

Entre as revoltas nativistas podemos citar a Guerra dos Emboabas (1708-MG), Revolta de Felipe dos Santos (1720-MG), Beackam (1684-MA), e o foco de nossa aula, a **Revolta dos Mascates**.

Até o século XVIII Pernambuco era o grande centro econômico colonial, em que a sociedade brasileira vai se gestar através da miscigenação de dos costumes patriarcais ligados à uma sociedade que circunda a **Casa Grande** e a **Senzala**.

Olinda era a principal cidade colonial, onde a primeira vila da capitania foi fundada, e palco de grandes lutas coloniais. Era um centro econômico, político e religioso da capitania, mas era quase como dizer, que do próprio Brasil. A cidade era rica e tradicional, com uma elite descendente dos primeiros colonizadores portugueses, mas que já possuíam um sentimento de “brasilidade”. Se bem que hoje na história, discutimos a questão de que existia sentimentos “**nativistas**”, nos conflitos desta época. No caso da guerra dos mascates é possível observar este sentimento, no sentido em que toda a sociedade escravista do açúcar se formou, e onde a elite colonial tradicional, proprietárias de grandes fazendas produtoras de açúcar se reuniam nas câmaras municipais.



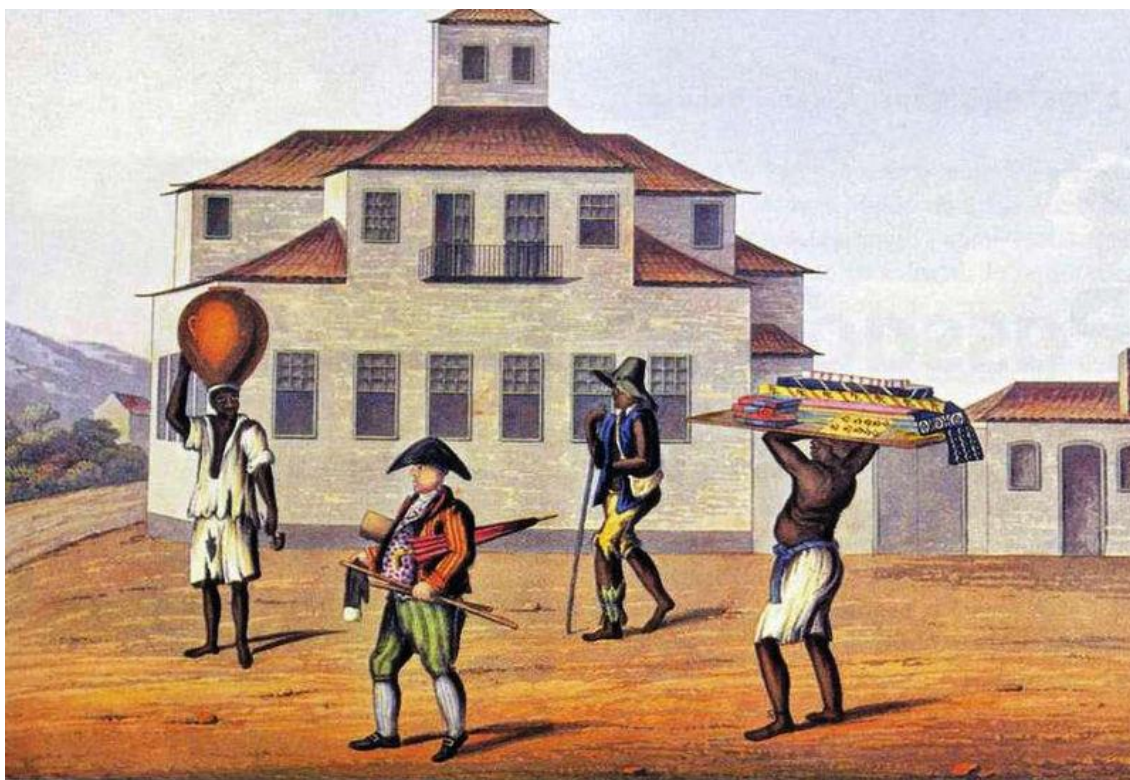


A litografia de W. Bassler mostra Olinda em 1847. No canto direito, a Igreja da Misericórdia, de onde se tem uma vista ampla da cidade de Recife. (Fundação Biblioteca Nacional) Olinda, que é Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade desde 1982.

Olinda foi o centro político e econômico até as invasões holandesas em 1630, quando os flamengos transferiram a sede administrativa para Recife. A razão é o relevo e a mobilidade, pois nas concepções de defesa da WIC, as condições geográficas de Olinda não resistiriam a uma invasão militar. Desde então a cidade sofreu um forte declínio, inclusive foi depredada pelos holandeses para construir Recife. No entanto continuou com a câmara municipal. Após a expulsão dos holandeses, Recife havia se tornado o grande centro comercial e mais dinâmico de Pernambuco. O comércio era intenso e movimentava grandes lucros aos comerciantes portugueses instalados na cidade. Muito do dinamismo de Recife desta época ocorreu em razão das melhorias de infraestrutura criadas pelos holandeses. Mas apesar de todo o dinamismo econômico (para os padrões da época) era subordinada politicamente ao município de Olinda. As duas cidades passaram a ter uma profunda relação de dependência, no sentido principal que o comércio e o capital acumulado pela elite comercial recifense, eram emprestados aos grandes proprietários de Olinda. A cidade de Olinda sofreu muito com as invasões holandesas e com as guerras de expulsão. Enquanto tentavam reconstruir a cidade, na tentativa de levantar recursos, aumentar impostos, inclusive de Recife, que era ligado à câmara de Olinda.

Impostos sempre foram assunto que divide elites contra os governos em todas as épocas. Os poderosos comerciantes de Recife tentaram ao máximo livrarem-se do domínio político de Olinda, pois também significaria independência quanto aos impostos municipais criados e que englobavam Recife. Recife conseguiu sua independência municipal e a criação de sua câmara municipal. Para a cidade de Olinda foi uma forte pancada política, pois perdia assim uma relação política e econômica com os comerciantes recifenses, bem como uma grande área de influência e impostos. A convivência entre os dois grupos de oligarcas (oligos= poucos, arquias=poder) passou a ser cada vez mais hostil (hostilidades = agressões), e os credores recifenses temendo calotes ou

represálias começam a cobrar os empréstimos realizados. As tensões aumentam ao ponto que uma imprecisão quanto aos limites da cidade serviu de estopim para a eclosão do conflito. Os senhores de engenho de Olinda organizaram-se militarmente e invadiram Recife tomando a cidade de Recife. Os recifenses contavam com o apoio de Portugal e de outras capitanias (chefiadas por portugueses). Desde a 1709, quando foram separadas as administrações municipais o conflito político explode, em 1710 Olinda invade Recife e as hostilidades armadas continuam até 1711, quando Recife se liberta e invade Olinda, e quando o conselho ultramarino português (órgão que controlava a administração das colônias portuguesas e mediava e intervinha em conflitos) enviou um funcionário com poder e a missão para pôr fim ao conflito: Félix José de Mendonça. Conseguiu pôr fim ao conflito e atuou em favor dos Recifenses, e todos os grandes proprietários de Olinda envolvidos na guerra receberam ordem de prisão. Durante o período em que atuou para pôr fim ao conflito passou a alternar a administração política semestralmente: Um semestre a sede era Recife, no outro, de Olinda.



Henri Chamberlain. *O mascate e seu escravo.*

É importante observarmos que o termo mascate, na época era recorrentemente usado como sinônimo de vendedor ambulante, e realmente eram, pois era assim que se chegava ao consumidor no contexto colonial, mas ser um comerciante num mundo estratificado como o pernambucano no século XVIII era atividade de gente grádua, com recursos para terem escravos e contato direto com a metrópole europeia. Uma nova elite de negócios foi ligada ao comércio reinol (do reino) e comerciantes portugueses. Recife era um grande centro comercial dinâmico e era

onde circulava capital e havia rudimentos da vida urbana, pois como já vimos, era uma sociedade patriarcal em que o núcleo de convivência é o espaço do engenho, da casa grande e da senzala. Os grandes senhores recifenses, orgulhosos do ócio e de não exercerem nenhum tipo de atividade manual, chamavam pejorativamente os comerciantes recifenses de Mascates (pois nem todos o eram, mas sim homens de negócios).

8.1. REVOLTAS EMANCIPACIONISTAS: INCONFIDÊNCIA MINEIRA E CONJURAÇÃO BAIANA.

Foram duas revoltas que pretendiam a independência do Brasil e possuíam um projeto de República. A inconfidência mineira foi uma conspiração sufocada antes de chegar a sair as ruas. Os conspiradores eram grandes funcionários públicos e donos de minas. O movimento foi denunciado por Joaquim Silvério dos Reis e o movimento foi sufocado. Foram presos, mas a maior parte foi anistiada (receberam o perdão dos crimes políticos), uns foram exilados em angola e o alferes Joaquim José da Silva Xavier, mais conhecido como **Tiradentes**, foi enforcado no rio de Janeiro e depois esquartejado e exposto na estrada real, que ligava vila rica ao rio de janeiro. Era um movimento **separatista** e **republicano**, com ideais iluministas e inspirados na independência dos EUA.

A conjuração baiana foi também **separatista** e **republicana**. Mais radical que a inconfidência mineira, chegou a sair às ruas e tiveram vários combates armados com as tropas metropolitanas. Foi guiado pelas elites, mas teve amplo **apoio popular**. Devido a isso tinham claramente **a proposta de abolição da escravidão** (o que não era consenso entre os inconfidentes mineiros). Foi também guiada pelos ideais iluministas e se inspirou na fase mais radical da revolução francesa.

O final do século XVIII foi marcado pelo enfraquecimento do sistema colonial. Na Europa e nos EUA os ideais iluministas traziam profundas transformações políticas e no Brasil o pensamento liberal iluminista era cada vez mais presente. O Nordeste, destacadamente Pernambuco era o centro dos pensadores liberais e quando se inicia o processo de independência do Brasil, com a vinda da família real portuguesa, teremos a Revolução praieira em 1817. No início do primeiro reinado (o governo de D. Pedro I), diante das demonstrações de autoritarismo e absolutismo do imperador, no Nordeste eclode a confederação do Equador.

8.2. A CRISE DO SISTEMA COLONIAL: A CORTE PORTUGUESA NO BRASIL E O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA.

No início do século XIX a Europa passava pelas **Guerras Napoleônicas**. Ameaçados por Napoleão Bonaparte a família real portuguesa, pois em prática um antigo projeto de evacuação do



território, transferindo toda a corte para o Brasil. Tem aí o início do nosso processo de independência. Os portugueses eram dependentes da Inglaterra desde 1703 quando foi assinado o Tratado de Methuen (panos e vinhos), Napoleão proibiu os portugueses de fazer comércio com os ingleses. Na transferência da corte foram escoltados pelos britânicos. Ao desembarcarem no Brasil foram assinados dois importantes tratados comerciais:

- ✓ **1808: A abertura dos portos às nações amigas:** Permitia a realizar comércio com os ingleses. Na prática punha **fim ao pacto colonial**.
- ✓ **1810: Tratados de comércio e navegação com as nações amigas.** Concedia tarifas alfandegárias especiais aos ingleses que pagavam 15% de impostos sobre o valor. As outras nações pagavam até 60%. Ocorreu uma grande enxurrada de produtos ingleses no nosso mercado, o que atrasou nossa industrialização por quase 100 anos.

O período em que Dom João ficou no Brasil ficou conhecido como **Período Joanino**. Dom João realizou importantes mudanças como:

- ✓ Criação do Banco do Brasil.
- ✓ Casa da Moeda.
- ✓ Criação do Jardim botânico.
- ✓ Várias obras públicas.
- ✓ Escolas de estudos médicos e farmacêuticos no RJ e Salvador.
- ✓ Invasão militar da Guiana Francesa (retaliação à Napoleão) e da província cisplatina (atual Uruguai).
- ✓ 1815 elevou o Brasil à categoria de Reino Unido.



9. A REVOLUÇÃO DE 1817.

As transformações pelas quais o Brasil passava pouco afetava o homem pobre. Tampouco fazia diferença para os escravos. Mas quanto aos grandes proprietários escravistas a situação era diferente, pois estão diretamente ligados ao poder político e várias mudanças estavam ocorrendo. Foram beneficiados com a abertura dos portos e a possibilidade de um consumo mais refinado e ampliação da sua capacidade de negócios. Contudo permaneciam afastados das decisões políticas e eram profundamente dependentes dos comerciantes portugueses. A vinda da família real alterou profundamente a realidade cotidiana e o espaço urbano do Rio de Janeiro, que era a sede do poder político, recentemente elevado à condição de Reino Unido, mas para as outras províncias a situação pouco se alterou. Para Pernambuco na verdade a exploração parecia ter aumentado. Esse foi o principal motivo da “Revolução” de caráter anticolonial e separatista (com o objetivo de separar-se de Portugal). Os comerciantes portugueses instalados principalmente em Recife, mas também em Olinda, continuavam tão monopolistas como antes. Controlavam a chegada de mercadorias e financiamentos de lavouras e a compra dos produtos agrícolas que seriam exportados pela Europa. Nesse momento os principais produtos de exportação do estado eram o Algodão e o Açúcar.

Em 1817, há uma queda nos preços internacionais do algodão e do açúcar. Isso atingirá diretamente os produtores rurais que entrarão em conflito com os comerciantes, compradores da produção, que com a queda dos preços, pagam cada vez menos. E seus produtos, os únicos disponíveis em razão do monopólio ainda praticado, continuavam com preços altos e a inflação avançava. O contexto econômico agrava a crise entre os grandes proprietários e comerciantes portugueses. Desenvolveu um sentimento **antilusitano** (contrário aos portugueses) muito forte. Em resumo: A crise econômica e o monopólio do comércio pelos portugueses geraram as tensões que levaram a população a rebelar-se. Em Pernambuco eclodiu a primeira oposição armada contra D. João. Tem início em março de 1817 e em pouco tempo difundiu-se por todo o território do Nordeste.

O movimento possuía forte influência do liberalismo e tinham como referência o processo de independência dos países vizinhos que se proclamaram repúblicas. Surgiram centros de propagação dos ideais iluministas. Como eram ideias proibidas e perseguidas, muitas delas eram sociedades secretas, como o **Areópago de Itambé**, que propagava as ideias anticolonialistas e não admitia portugueses em seus quadros. Outro importante foco de propagação dos ideais emancipacionistas foi o seminário de Olinda. Um de seus membros foi participante da **Revolução de 1817**. Isso demonstra que apesar do Padroado (a associação entre a igreja e Estado Português), que vigorou do início da colonização até a proclamação da República, nem sempre o clero, sobretudo o baixo clero (padres e monges) se subordinavam a essa situação. A participação do clero católico foi fundamental em 1817 a 1824.



Há um episódio político do estado Pernambuco que é pouco explorado, mas tem profunda importância: **A Conspiração dos Suassunas**. Assim como foi a inconfidência mineira, foi um movimento de elite e não passou do plano conspiratório, sendo reprimido antes de eclodir qualquer movimento em massa. Os principais líderes da “Inconfidência dos Suassunas” foram três irmãos: **Francisco de Paula, Luiz Francisco de Paula e José Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque**. O nome Suassuna vem de engenho Suassuna, de propriedade de Francisco de Paula. O fracasso da conspiração teve consequências imediatas, com a perseguição de centros liberais. O aerópago foi fechado, ressurgindo depois novamente no engenho Suassuna. Apesar da repressão o seminário de Olinda cresceu com novos e numerosos adeptos.

Quando o movimento eclodiu, chegou a vencer tropas do governo de decretar um governo provisório. Foi instalado um governo republicano, adotou-se uma bandeira, substitui-se o tratamento pessoal tradicional de “senhor”, pelo de “patriota” e “vós”, numa imitação da Revolução Francesa, que trocou os símbolos nacionais franceses e pregavam novos valores republicanos.



A atual bandeira de Pernambuco foi criada pelos mártires da Revolução de 1817.

Proclamaram um governo provisório, consideraram que todos os estrangeiros seriam “patriotas”, liberdade de imprensa, religiosa (apesar de considerar a religião católica como oficial e com seu clero remunerado pelo Estado). E uma república com 3 poderes e o início da confecção de uma constituição do Estado por uma assembleia constituinte a ser convocada em um ano. Aboliram os impostos sobre os gêneros de primeira necessidade, mas a abolição da escravidão não foi levada em conta.

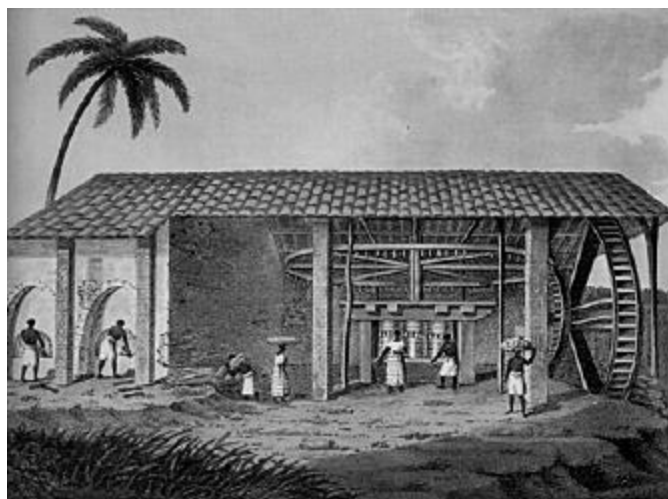
Foi organizada uma forte repressão das tropas reais, sob direção de D. João, e o movimento foi rapidamente reprimido.

10. EXERCÍCIOS.



1. (Upe 2014)

Observe a imagem a seguir:



(Disponível em: http://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Engenho_de_acucar_1816.jpg)

Ela ilustra um engenho de açúcar, típica unidade de produção do nordeste colonial. Com base na imagem e na realidade histórica por ela ilustrada, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Esse engenho movido por força hidráulica é uma realidade do século XVIII, embora anteriormente fosse utilizada a força humana ou a força animal para fazê-lo funcionar.
- B) A presença exclusiva de mão de obra escrava negra, na imagem, denota a exclusão dos indígenas como trabalhadores, escravos ou livres, da indústria açucareira.
- C) Engenhos de grande porte, como o da ilustração, só foram introduzidos na América Portuguesa em meados do século XVII, pelos holandeses que ocupavam a capitania de Pernambuco.
- D) A mão de obra utilizada nos engenhos, escrava ou livre, muitas vezes, era formada por trabalhadores especializados.
- E) A mão de obra indígena só foi utilizada, no período colonial, em regiões como São Paulo e Rio de Janeiro, não se fazendo presente nos engenhos do nordeste colonial.



COMENTÁRIOS:

A proposição [D] está correta. O Engenho Colonial (roça, capela, casa grande, senzala, moenda etc.) pode ser comparado com uma “empresa colonial”, uma vez que, para produzir o açúcar, eram necessários muitos trabalhadores especializados, ou não, escravos ou homens livres.

As demais alternativas estão equivocadas. Ocorreu a escravidão indígena nos engenhos no nordeste, embora menor que a escravidão negra. Os bandeirantes paulistas aprisionaram índios das missões do sul e venderam como mão de obra escrava para os engenhos coloniais do nordeste. A partir da segunda metade do século XVI foram criados engenhos de açúcar no nordeste movido a água e a tração animal.

Gabarito: D

2. (Upe 2010)

O trabalho cria riquezas sociais que, nem sempre, são divididas e servem para efetivar sociedades equilibradas. O uso da escravidão mostra a existência da exploração, mesmo nos tempos modernos. A escravidão:

A) foi utilizada nas colônias europeias até o século XVIII, na agricultura, apresentando grande lucratividade nos negócios agrícolas.

B) tinha lugar no trabalho doméstico, apenas nas colônias portuguesas e inglesas, sendo ineficaz no comércio.

C) conseguiu se firmar nas colônias espanholas; sem êxitos expressivos, nas colônias inglesas, devido aos preconceitos raciais.

D) deu condições para favorecer o crescimento da burguesia, que lucrava com o comércio da época e firmava seus interesses.

E) inexistiu no trabalho, nas minas de ouro da América, sendo utilizada na agricultura latifundiária e nos serviços urbanos.

COMENTÁRIOS:

Existem interpretações diferentes acerca da escravidão. Como o enunciado não especifica um país, a questão fica muito vaga e gera confusão, principalmente porque as alternativas são genéricas.

A alternativa [A] pode ser considerada, apesar da imprecisão quanto à data, pois a escravidão existiu no século XIX, principalmente no Brasil, a maior parte do tempo já independente. Na maior parte do tempo e lugares foi utilizada na agricultura, apesar de fundamental na mineração. A banca considerou como correta a alternativa D.

Apesar das dúvidas podemos eliminar a (A) pela imprecisão temporal.

A alternativa [D] é a considerada correta, pois o tráfico de escravos era um grande comércio colonial. Movimentava um volume enorme de dinheiro. Inclusive as grandes fortunas eram principalmente dos comerciantes de escravos. Parte da burguesia lusitana obteve grande lucro com o tráfico negreiro; aliás, foi esse lucro que determinou a opção pela escravidão africana. As outras alternativas podem ser eliminadas, pois os escravos foram usados em todos os trabalhos: doméstico, lavoura e minas de ouro, e o preconceito racial foi regra em toda a América.



Gabarito: D

3. (Upe 2009)

As sociedades mudam suas práticas sociais e conservam outras através da sua convivência no decorrer do tempo histórico. Na época da colonização portuguesa, havia, no Brasil, uma sociedade marcada pela escravidão e a injustiça social. Nos engenhos produtores de açúcar,

A) predominava o trabalho escravo e o poder dos proprietários, sem a interferência da religião, ausente do núcleo de dominação.

B) havia mais liberdade social do que nos centros urbanos, devido à presença de núcleos de trabalho livre em quantidade expressiva.

C) permaneciam relações de poder patriarcais na vida social, sendo a riqueza produzida importante para Portugal e sua colonização.

D) mantinham-se práticas sociais hierarquizadas para os escravos, havendo liberdade para as mulheres.

E) existia uma participação dos valores do catolicismo numa luta cotidiana contra a escravidão dominante nas relações sociais.

COMENTÁRIOS:

A sociedade colonial era religiosa, patriarcal e, no período açucareiro, polarizada entre senhores e escravos. O trabalho escravo era a base da atividade produtiva, baseada no latifúndio monocultor e exortador, responsável pelo enriquecimento da metrópole portuguesa. É importante lembrarmos que o catolicismo acompanhou todo o processo colonizador, então, podemos eliminar a alternativa (A).

Durante o ciclo canavieiro em Pernambuco, não havia núcleos urbanos, tendo em vista que esses surgiram apenas com a mineração. A partir disso, eliminamos a (B).

Não havia liberdade feminina e a sociedade era profundamente patriarcal; eliminamos a (D).

E a luta contra a escravidão não tomou a vida social, inclusive foi abolida tardiamente; eliminamos a (E).

Gabarito: C

4. (UEPB 2012)

O Rei de Portugal, em Carta Régia datada de 1701, proibia a criação de gado em uma faixa de dez léguas a partir do litoral brasileiro. No caso da Paraíba, essa medida intensificou a ocupação do sertão e, conseqüentemente, o conflito com os indígenas que habitavam essa região. Considerando a ocupação do interior da Paraíba e os conflitos entre colonizadores e índios, é correto afirmar:

A) A intervenção pacificadora de Teodósio de Oliveira Ledo, conhecido defensor dos índios, foi fundamental para pôr fim a esses conflitos.



- B) A falta de aliança entre as tribos locais facilitou o domínio dos colonizadores, reduzindo os conflitos a insignificantes combates.
- C) A recusa dos sertanistas em participar dos conflitos com os índios da região decorre da existência de alianças entre os dois grupos.
- D) A aliança entre os Potiguara e os Tabajara, ponto central do conflito sertanejo, tornou esse dois povos os únicos resistentes à ocupação.
- E) A defesa do território pelos nativos teve como destaque a aliança intertribal conhecida como Confederação dos Cariris.

COMENTÁRIOS:

Como movimento de resistência, algumas tribos indígenas da região Nordeste formaram a Confederação dos Cariris, em 1683, na tentativa de recuperar os vastos hectares de terra que os fazendeiros portugueses tomaram dos índios. Os indígenas ocuparam diversas regiões e chegaram a atacar cidades do interior. A grande repressão ocorreu em 1713, com a dizimação dos povos indígenas envolvidos na insurreição. Teodósio ledo, citado na alternativa (A), era português colonizador, não defensor dos indígenas. Os indígenas organizaram-se contra os dominadores, várias tribos como potiguaras, tabajaras, e vários outros que eram todos chamados de cariris.

Gabarito: E

5. (Ufal 2007)

Considere o texto.

O negro, a princípio tão medroso do tapuia e do mato grosso, se assenhoreou depois de algumas das florestas mais profundas do país e submeteu às suas tentativas rudes de colonização policultora, realizadas quase dentro das florestas virgens (...). O máximo de aproveitamento da vida nativa. Inclusive das palmas das palmeiras para numerosos fins, a começar pela habitação: arte em que o negro tornou-se o rival do indígena, a ponto do mucambo de palha ter se tornado tão ecológico como qualquer palhoça indígena. O exemplo de Palmares já se tornou clássico. E é tão conhecido que seria banal recordá-lo ainda uma vez. Mesmo porque não é o único na história do Nordeste.

(Gilberto Freyre. "Nordeste". Rio de Janeiro: Record, 1989. p. 81)

O autor mostra como os habitantes dos quilombos do Nordeste, no período colonial, exploravam o meio ambiente. Analisando o texto, pode-se afirmar que o autor sugere que os quilombolas:

- A) entraram em conflitos com os índios pela disputa por terras férteis.
- B) organizaram seu modo de vida adequando-se às condições naturais.
- C) destruíram as condições ambientais com a colonização policultora.
- D) evitaram adentrar na floresta por medo de serem atacados por índios.
- E) contribuíram, como os fazendeiros, na devastação das florestas naturais.

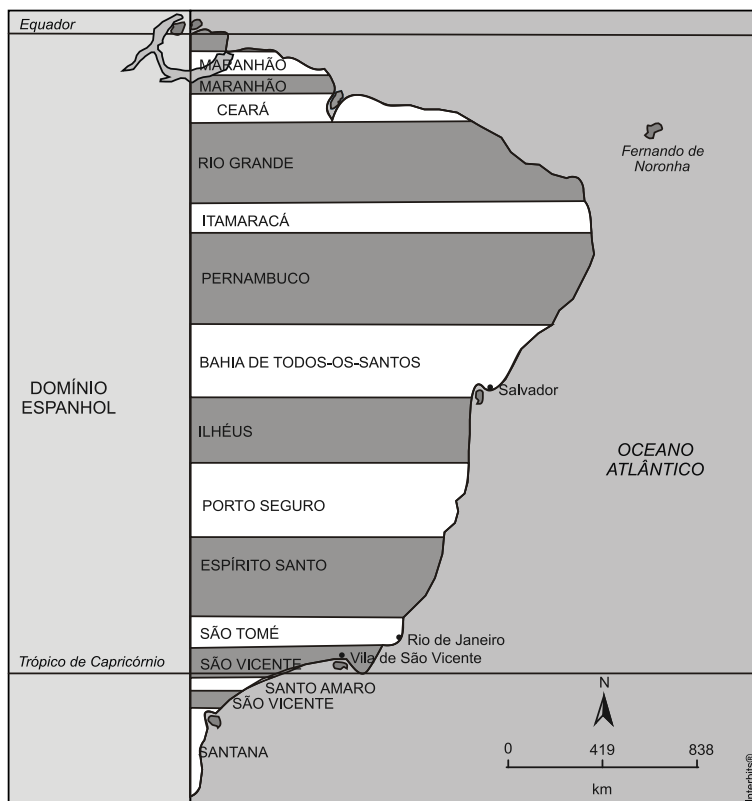


COMENTÁRIOS:

Não foram inimigos dos índios, mas assim como eles combatiam os dominadores portugueses. Formavam comunidades que reproduziam as organizações africanas e praticavam agricultura de subsistência (não policultura). Eles, de acordo com o texto, organizaram seu modo de vida a partir das condições ambientais.

Gabarito: B

6. Observe o mapa.



(Flávio de Campos e Miriam Dolhnihoff. *Atlas: História do Brasil*, 2002.)

O mapa faz alusão:

- A) ao Tratado de Madri, que dividiu as terras americanas entre Portugal e Espanha, colocando fim a décadas de disputas.
- B) à estratégia imaginada pelos portugueses para enfrentar o avanço dos franceses sobre suas terras na América.
- C) ao Tratado de Tordesilhas e ao sistema de capitanias, doação hereditária feita pela coroa a colonos portugueses.
- D) à ação de Martim Afonso de Souza, encarregado de iniciar a colonização efetiva das terras brasileiras.
- E) ao sistema de sesmarias, utilizado pelos portugueses para garantir a posse da terra contra ameaças estrangeiras.



COMENTÁRIOS:

O processo de expansão marítima europeia, no decorrer do século XV, contrapôs interesses econômicos e políticos de portugueses e espanhóis. Em junho de 1494, Portugal e Espanha assinam o Tratado de Tordesilhas, a partir de um meridiano localizado a 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde, demarcando as possessões portuguesas e espanholas no Novo Mundo. O sistema de Capitanias Hereditárias foi criado em 1534 pelo rei de Portugal, D. João III, visando à colonização efetiva do território brasileiro. O tratado de Madri a que o texto se refere foi assinado em 1750 pelo marquês de pombal, e estabeleceu os limites atuais do Brasil (exceto o Acre que foi incorporado em 1903). As sesmarias eram fazendas doadas pelos capitães donatários.

Gabarito: C

7.

Em 1534, a Coroa portuguesa estabeleceu o regime de capitanias hereditárias no Brasil Colônia. Entre as funções dos donatários, podemos citar:

- A) a nomeação de funcionários e a representação diplomática.
- B) a erradicação de epidemias e o estímulo ao crescimento demográfico.
- C) a interação com os povos nativos e a repressão ao trabalho escravo.
- D) a organização de entradas e bandeiras e o extermínio dos indígenas.
- E) a fundação de vilas e cidades e a cobrança de impostos.

COMENTÁRIOS:

Somente a proposição [E] está correta. Cabral chegou ao Brasil em Abril de 1500. Não encontrando riqueza fácil (metais e especiarias), o Brasil ficou em segundo plano entre 1500 até 1530. Em 1530, Portugal está diante de um dilema: colonizar ou perder o Brasil. A coroa portuguesa enviou para o Brasil Martim Afonso de Souza visando à colonização. Em 1534, o Brasil foi dividido em capitanias hereditárias, lotes de terras entre o litoral e a linha de Tordesilhas. Essas terras foram doadas aos donatários que eram nobres portugueses incumbidos de iniciar o processo de colonização. Havia dois documentos relativos às capitanias hereditárias, a “Carta de Doação” que consistia em um documento que dava direito ao donatário de explorar a sua capitania e o “Foral”, que estabelecia os direitos e deveres dos donatários. Cabia aos donatários, entre outros, a fundação de vilas e cidades, a cobrança de impostos e a doação de sesmarias (para estimular o povoamento). As demais alternativas estão incorretas.

Gabarito: E

8.

Entre as causas da Criação das Capitanias Hereditárias no Brasil, podemos apontar:

- A) a necessidade de apoio do governo português aos comerciantes de pau-brasil;



- B) a necessidade de organizar a exploração do ouro;
- C) o fracasso do governo geral;
- D) o interesse de Portugal no comércio de escravos indígenas;
- E) a falta de recursos do governo português que transferiu aos donatários a responsabilidade da colonização.

COMENTÁRIOS:

A coroa portuguesa, sem recursos, transferiu os custos da colonização para a iniciativa privada por meio das capitanias. O pau-brasil era armazenado em feitorias (armazéns litorâneos) e não gerou colonização e povoamento, então, excluimos a alternativa (A).

O ouro só foi encontrado no século XVIII, então, podemos eliminar a (B).

O governo geral foi criado para centralizar as capitanias, então, eliminamos a (C).

A alternativa (D) está errada, pois Portugal não estimulava a escravidão de indígenas, que também eram protegidos pelos padres jesuítas.

Gabarito: E

9.

Leia o texto.

"Nassau chegou em 1637 e partiu em 1644, deixando a marca do administrador. Seu período é o mais brilhante de presença estrangeira. Nassau renovou a administração (...) Foi relativamente tolerante com os católicos, permitindo-lhes o livre exercício do culto. Como também com os judeus (depois dele não houve a mesma tolerância, nem com os católicos e nem com os judeus - fato estranhável, pois a Companhia das Índias contava muito com eles, como acionistas ou em postos eminentes). Pensou no povo, dando-lhe diversões, melhorando as condições do porto e do núcleo urbano (...), fazendo museus de arte, parques botânicos e zoológicos, observatórios astronômicos".

(Francisco Iglésias)

Esse texto refere-se:

- A) à chegada e instalação dos puritanos ingleses na Nova Inglaterra, em busca de liberdade religiosa.
- B) à invasão holandesa no Brasil, no período de União Ibérica, e à fundação da Nova Holanda no nordeste açucareiro.
- C) às invasões francesas no litoral fluminense e à instalação de uma sociedade cosmopolita no Rio de Janeiro.
- D) ao domínio flamengo nas Antilhas e à criação de uma sociedade moderna, influenciada pelo Renascimento.



E) ao estabelecimento dos sefardins, expulsos na Guerra da Reconquista Ibérica, nos Países Baixos e à fundação da Companhia das Índias Ocidentais.

COMENTÁRIOS:

Maurício de Nassau foi o administrador holandês que fundou a colônia da Nova Holanda. Marcamos diretamente a alternativa (B). As outras alternativas estão muito erradas.

Gabarito: B

10.

A transferência da corte trouxe para a América portuguesa a família real e o governo da Metrópole. Trouxe também, sobretudo, boa parte do aparato administrativo português. Personalidades diversas e funcionários régios continuaram embarcando para o Brasil atrás da corte, dos seus empregos e dos seus parentes após o ano de 1808.

NOVAIS, F. A.; ALENCASTRO, L. F. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

Os fatos apresentados se relacionam ao processo de independência da América portuguesa por terem

- A) incentivado o clamor popular por liberdade.
- B) enfraquecido o pacto de dominação metropolitana.
- C) motivado as revoltas escravas contra a elite colonial.
- D) obtido o apoio do grupo constitucionalista português.
- E) provocado os movimentos separatistas das províncias.

Comentários

A vinda da Família Real para o Brasil foi o primeiro passo do processo de Independência da Colônia, uma vez que elevou o status do Brasil, invertendo a posição de Portugal e Brasil no pacto colonial, e deu aos colonos uma autonomia de ação inédita.

Gabarito: B

11. (G1 - cftrj 2014)

As guerras napoleônicas e a invasão francesa da Península Ibérica (1807-1808) resultaram na transferência da Corte portuguesa e de setores dirigentes do Estado português para o Brasil, criando uma situação inédita para a principal colônia portuguesa. Entre as mudanças trazidas, assinale a opção que expressa a opção verdadeira:

- A) A transformação do Rio de Janeiro em sede da monarquia portuguesa trouxe uma série de benefícios para esta cidade, como a criação de indústrias, centros culturais e universidades.
- B) A transferência da sede do Império português para o Brasil era um projeto existente desde o século XVII, prevendo a modernização econômica da colônia e a gradativa abolição da escravidão.



C) A vinda da família real democratizou de certa forma as relações políticas existentes no Brasil, abrindo caminho para uma maior participação de camadas populares livres na vida política.

D) A abertura dos portos, em 1808, e os tratados comerciais assinados em 1810 resultaram, na prática, no fim do exclusivo colonial português, em benefício dos interesses econômicos ingleses.

Comentários

Somente a proposição [D] está correta. Com a expansão napoleônica na Europa e a invasão do exército Francês em Portugal ocorreu a vinda da corte portuguesa para o Brasil escoltada pela marinha inglesa que tinha interesse econômico. A Inglaterra pressionada pelo bloqueio continental decretado por Napoleão em 1806 apoiou a vinda da corte portuguesa para o Brasil. Logo em 1808 ocorreu a abertura dos portos aos produtos ingleses implicando no fim do pacto colonial considerado o primeiro passo rumo à independência do Brasil. Em 1810 foram assinados tratados beneficiando os ingleses com tarifas alfandegárias menores para a Inglaterra inibindo nossa industrialização. As demais alternativas estão incorretas. Não foram criadas indústrias no Brasil. A transferência da corte portuguesa para o Brasil era ventilada sempre em épocas de crise, mas não para modernizar a colônia e abolir a escravidão. A vinda da corte não abriu caminho para uma maior participação das camadas populares na vida política.

Gabarito: D

12. (Uern 2013)

... é comumente, datado a partir de 1808, com a chegada da família real portuguesa ao Brasil. A verdade dessa proposição reside, em especial, na montagem pelo Príncipe, e depois Rei, João VI, de um aparelho governativo no Brasil. Tal criação dá-se, por um lado, através da transferência de órgãos portugueses e, de outro, com o surgimento, no Rio de Janeiro, de estruturas típicas de uma capital, com bibliotecas, um jornal, instituições de fomento. Ao mesmo tempo, são substituídos os institutos de caráter colonial, como os monopólios e as restrições industriais e comerciais. Por fim, todo o processo é coroado pela assinatura de dois tratados com a Inglaterra, um de Aliança e Amizade e outro de Comércio e Navegação, em 1810.

(Monteiro, Hamilton de Mattos. In: Linhares, Maria Yedda. *História Geral do Brasil*. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. p. 129.)

O trecho anterior se refere ao processo de

- A) abolição da escravidão.
- B) independência do Brasil.
- C) descolonização da região Sul do país.
- D) desenvolvimento industrial no Brasil.



Comentários

Somente a alternativa [B] tem conexão com o texto de Hamilton de Mattos Monteiro. Fugido de Napoleão, em 1808, a Corte Portuguesa chegou ao Brasil trazendo as estruturas do Estado Português. A corte abriu os portos para os ingleses acabando com o pacto colonial que era considerado o esteio da colonização. Assim, o Brasil caminha rumo à independência. D. João VI e Carlota Joaquina procuraram criar um ambiente cultural mais apropriado para a Corte. Assim, surgiu a Biblioteca do Rio de Janeiro, a imprensa régia, faculdades de Direito e Medicina, o jardim botânico, a chegada da “Missão Francesa” ao Brasil em 1817, o Banco do Brasil, entre outros. Em 1810, foram elaborados os tratados de amizade, comércio e navegação privilegiando os ingleses com tarifas alfandegárias menores (15%). As demais alternativas estão incorretas. Ao entrar na órbita do imperialismo inglês, o Brasil reforçou sua vocação agrária exportadora retardando nossa industrialização.

Gabarito: B

13. (Vunesp 2011)

Artigo 5.º — O comércio de mercadorias inglesas é proibido, e qualquer mercadoria pertencente à Inglaterra, ou proveniente de suas fábricas e de suas colônias é declarada boa presa. (...)

Artigo 7.º — Nenhuma embarcação vinda diretamente da Inglaterra ou das colônias inglesas, ou lá tendo estado, desde a publicação do presente decreto, será recebida em porto algum.

Artigo 8.º — Qualquer embarcação que, por meio de uma declaração, transgredir a disposição acima, será apresada e o navio e sua carga serão confiscados como se fossem propriedade inglesa.

(Excerto do Bloqueio Continental, Napoleão Bonaparte. Citado por Kátia M. de Queirós Mattoso. *Textos e documentos para o estudo da história contemporânea (1789-1963)*, 1977.)

Esses artigos do Bloqueio Continental, decretado pelo Imperador da França em 1806, permitem notar a disposição francesa de:

- A) estimular a autonomia das colônias inglesas na América, que passariam a depender mais de seu comércio interno.
- B) impedir a Inglaterra de negociar com a França uma nova legislação para o comércio na Europa e nas áreas coloniais.
- C) provocar a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, por meio da ocupação militar da Península Ibérica.
- D) ampliar a ação de corsários ingleses no norte do Oceano Atlântico e ampliar a hegemonia francesa nos mares europeus.
- E) debilitar economicamente a Inglaterra, então em processo de industrialização, limitando seu comércio com o restante da Europa.



Comentários

A política expansionista francesa tinha como grande objetivo ampliar seus mercados na Europa, como uma das bases para sua industrialização e, nesse sentido, após a derrota na tentativa de invadir a Inglaterra, a política de Napoleão Bonaparte pretendeu isolar a Inglaterra e estrangular sua economia.

Gabarito: E

14. (Ibamecrj 2010)

O dia sete de setembro marca anualmente as comemorações de nossa independência em relação a Portugal. Entre os vários fatores que colaboraram para isto podemos destacar:

- A) o apoio recebido pelo príncipe-regente D. Pedro por parte das tropas portuguesas que aqui se encontravam;
- B) a transferência para Portugal de uma série de repartições criadas durante a permanência de D. João VI em nosso território, aumentando a insatisfação dos brasileiros com aquela situação de dependência;
- C) a submissão do príncipe-regente às ordens vindas de Portugal, levando à formação de um grupo de notáveis, sob a liderança de José Bonifácio, que se encarregariam de elaborar a nossa primeira constituição;
- D) o apoio dos cafeicultores paulistas, que, apesar do início recente da exportação cafeeira, já constituíam o grupo econômico mais importante do período colonial brasileiro;
- E) a permanência de D. João VI em nosso território, desagradando os revolucionários portugueses que participaram de um movimento na cidade do Porto que exigia imediatamente a volta do monarca a Lisboa.

Comentários

Em 1820, explodiu a Revolução Constitucionalista do Porto, que pretendia, na verdade, reconduzir o Brasil à antiga situação de colônia. Começaram, então, a chegar de Portugal uma série de ordens nesse sentido, que culminaram com a exigência do regresso de D. João VI à terra mãe. A partir daí outras ordens ampliam essa tentativa, com a transferência de repartições que haviam sido criadas por D. João VI. Essa transferência teria seu ponto culminante com a ordem de regresso do Príncipe Regente D. Pedro. A insatisfação com essas ordens levou ao crescimento do movimento de independência.

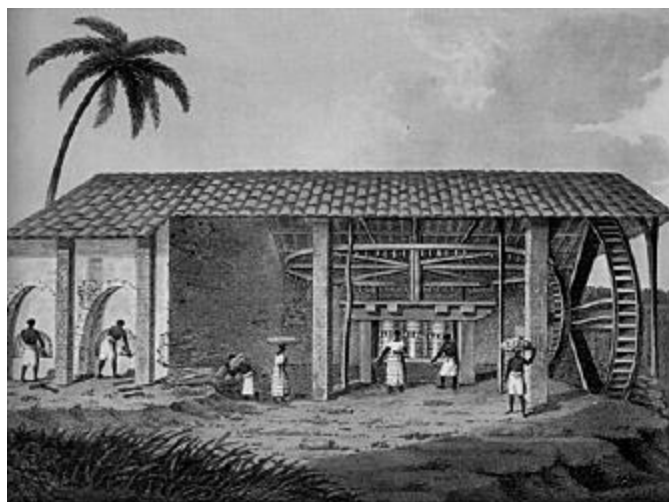
Gabarito: B





1. (Upe 2014)

Observe a imagem a seguir:



(Disponível em: http://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Engenho_de_acucar_1816.jpg)

Ela ilustra um engenho de açúcar, típica unidade de produção do nordeste colonial. Com base na imagem e na realidade histórica por ela ilustrada, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Esse engenho movido por força hidráulica é uma realidade do século XVIII, embora anteriormente fosse utilizada a força humana ou a força animal para fazê-lo funcionar.
- B) A presença exclusiva de mão de obra escrava negra, na imagem, denota a exclusão dos indígenas como trabalhadores, escravos ou livres, da indústria açucareira.
- C) Engenhos de grande porte, como o da ilustração, só foram introduzidos na América Portuguesa em meados do século XVII, pelos holandeses que ocupavam a capitania de Pernambuco.
- D) A mão de obra utilizada nos engenhos, escrava ou livre, muitas vezes, era formada por trabalhadores especializados.
- E) A mão de obra indígena só foi utilizada, no período colonial, em regiões como São Paulo e Rio de Janeiro, não se fazendo presente nos engenhos do nordeste colonial.

2. (Upe 2010)

O trabalho cria riquezas sociais que, nem sempre, são divididas e servem para efetivar sociedades equilibradas. O uso da escravidão mostra a existência da exploração, mesmo nos tempos modernos. A escravidão:

- A) foi utilizada nas colônias europeias até o século XVIII, na agricultura, apresentando grande lucratividade nos negócios agrícolas.
- B) tinha lugar no trabalho doméstico, apenas nas colônias portuguesas e inglesas, sendo ineficaz no comércio.
- C) conseguiu se firmar nas colônias espanholas; sem êxitos expressivos, nas colônias inglesas, devido aos preconceitos raciais.
- D) deu condições para favorecer o crescimento da burguesia, que lucrava com o comércio da época e firmava seus interesses.
- E) inexistiu no trabalho, nas minas de ouro da América, sendo utilizada na agricultura latifundiária e nos serviços urbanos.

3. (Upe 2009)

As sociedades mudam suas práticas sociais e conservam outras através da sua convivência no decorrer do tempo histórico. Na época da colonização portuguesa, havia, no Brasil, uma sociedade marcada pela escravidão e a injustiça social. Nos engenhos produtores de açúcar,

- A) predominava o trabalho escravo e o poder dos proprietários, sem a interferência da religião, ausente do núcleo de dominação.
- B) havia mais liberdade social do que nos centros urbanos, devido à presença de núcleos de trabalho livre em quantidade expressiva.
- C) permaneciam relações de poder patriarcais na vida social, sendo a riqueza produzida importante para Portugal e sua colonização.
- D) mantinham-se práticas sociais hierarquizadas para os escravos, havendo liberdade para as mulheres.
- E) existia uma participação dos valores do catolicismo numa luta cotidiana contra a escravidão dominante nas relações sociais.

4. (UFPB 2012)

O Rei de Portugal, em Carta Régia datada de 1701, proibia a criação de gado em uma faixa de dez léguas a partir do litoral brasileiro. No caso da Paraíba, essa medida intensificou a ocupação do sertão e, conseqüentemente, o conflito com os indígenas que habitavam essa região. Considerando a ocupação do interior da Paraíba e os conflitos entre colonizadores e índios, é correto afirmar:



- A) A intervenção pacificadora de Teodósio de Oliveira Ledo, conhecido defensor dos índios, foi fundamental para pôr fim a esses conflitos.
- B) A falta de aliança entre as tribos locais facilitou o domínio dos colonizadores, reduzindo os conflitos a insignificantes combates.
- C) A recusa dos sertanistas em participar dos conflitos com os índios da região decorre da existência de alianças entre os dois grupos.
- D) A aliança entre os Potiguara e os Tabajara, ponto central do conflito sertanejo, tornou esse dois povos os únicos resistentes à ocupação.
- E) A defesa do território pelos nativos teve como destaque a aliança intertribal conhecida como Confederação dos Cariris.

5. (Ufal 2007)

Considere o texto.

O negro, a princípio tão medroso do tapuia e do mato grosso, se assenhoreou depois de algumas das florestas mais profundas do país e submeteu às suas tentativas rudes de colonização policultora, realizadas quase dentro das florestas virgens (...). O máximo de aproveitamento da vida nativa. Inclusive das palmas das palmeiras para numerosos fins, a começar pela habitação: arte em que o negro tornou-se o rival do indígena, a ponto do mucambo de palha ter se tornado tão ecológico como qualquer palhoça indígena. O exemplo de Palmares já se tornou clássico. E é tão conhecido que seria banal recordá-lo ainda uma vez. Mesmo porque não é o único na história do Nordeste.

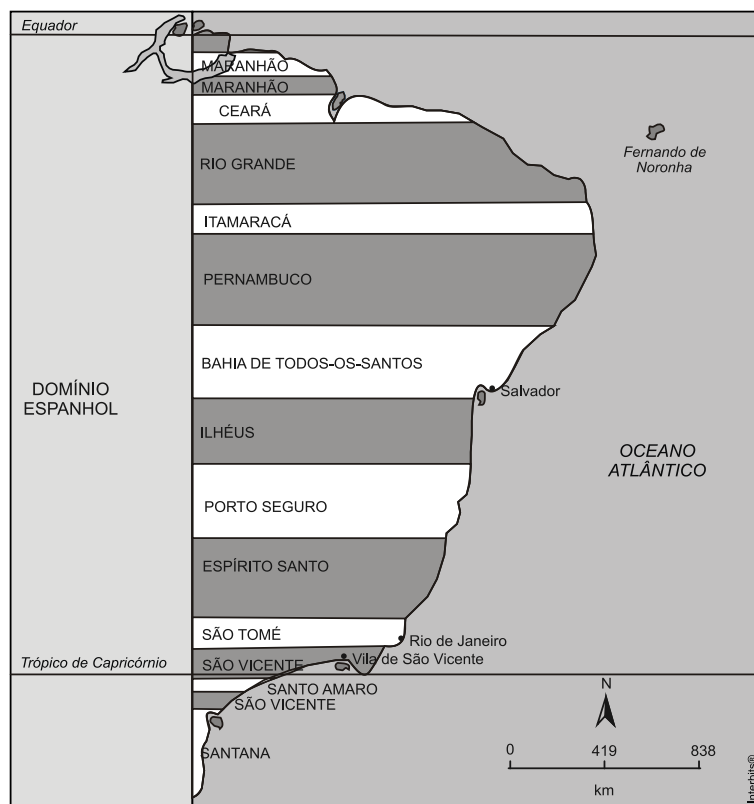
(Gilberto Freyre. "Nordeste". Rio de Janeiro: Record, 1989. p. 81)

O autor mostra como os habitantes dos quilombos do Nordeste, no período colonial, exploravam o meio ambiente. Analisando o texto, pode-se afirmar que o autor sugere que os quilombolas:

- A) entraram em conflitos com os índios pela disputa por terras férteis.
- B) organizaram seu modo de vida adequando-se às condições naturais.
- C) destruíram as condições ambientais com a colonização policultora.
- D) evitaram adentrar na floresta por medo de serem atacados por índios.
- E) contribuíram, como os fazendeiros, na devastação das florestas naturais.



6. Observe o mapa.



(Flávio de Campos e Miriam Dolhnihoff. Atlas: História do Brasil, 2002.)

O mapa faz alusão:

- A) ao Tratado de Madri, que dividiu as terras americanas entre Portugal e Espanha, colocando fim a décadas de disputas.
- B) à estratégia imaginada pelos portugueses para enfrentar o avanço dos franceses sobre suas terras na América.
- C) ao Tratado de Tordesilhas e ao sistema de capitanias, doação hereditária feita pela coroa a colonos portugueses.
- D) à ação de Martim Afonso de Souza, encarregado de iniciar a colonização efetiva das terras brasileiras.
- E) ao sistema de sesmarias, utilizado pelos portugueses para garantir a posse da terra contra ameaças estrangeiras.

7.

Em 1534, a Coroa portuguesa estabeleceu o regime de capitanias hereditárias no Brasil Colônia. Entre as funções dos donatários, podemos citar:

- A) a nomeação de funcionários e a representação diplomática.
- B) a erradicação de epidemias e o estímulo ao crescimento demográfico.



- C) a interação com os povos nativos e a repressão ao trabalho escravo.
- D) a organização de entradas e bandeiras e o extermínio dos indígenas.
- E) a fundação de vilas e cidades e a cobrança de impostos.

8.

Entre as causas da Criação das Capitanias Hereditárias no Brasil, podemos apontar:

- A) a necessidade de apoio do governo português aos comerciantes de pau-brasil;
- B) a necessidade de organizar a exploração do ouro;
- C) o fracasso do governo geral;
- D) o interesse de Portugal no comércio de escravos indígenas;
- E) a falta de recursos do governo português que transferiu aos donatários a responsabilidade da colonização.

9.

Leia o texto.

"Nassau chegou em 1637 e partiu em 1644, deixando a marca do administrador. Seu período é o mais brilhante de presença estrangeira. Nassau renovou a administração (...) Foi relativamente tolerante com os católicos, permitindo-lhes o livre exercício do culto. Como também com os judeus (depois dele não houve a mesma tolerância, nem com os católicos e nem com os judeus - fato estranhável, pois a Companhia das Índias contava muito com eles, como acionistas ou em postos eminentes). Pensou no povo, dando-lhe diversões, melhorando as condições do porto e do núcleo urbano (...), fazendo museus de arte, parques botânicos e zoológicos, observatórios astronômicos".

(Francisco Iglésias)

Esse texto refere-se:

- A) à chegada e instalação dos puritanos ingleses na Nova Inglaterra, em busca de liberdade religiosa.
- B) à invasão holandesa no Brasil, no período de União Ibérica, e à fundação da Nova Holanda no nordeste açucareiro.
- C) às invasões francesas no litoral fluminense e à instalação de uma sociedade cosmopolita no Rio de Janeiro.
- D) ao domínio flamengo nas Antilhas e à criação de uma sociedade moderna, influenciada pelo Renascimento.
- E) ao estabelecimento dos sefardins, expulsos na Guerra da Reconquista Ibérica, nos Países Baixos e à fundação da Companhia das Índias Ocidentais.



10.

A transferência da corte trouxe para a América portuguesa a família real e o governo da Metrópole. Trouxe também, sobretudo, boa parte do aparato administrativo português. Personalidades diversas e funcionários régios continuaram embarcando para o Brasil atrás da corte, dos seus empregos e dos seus parentes após o ano de 1808.

NOVAIS, F. A.; ALENCASTRO, L. F. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

Os fatos apresentados se relacionam ao processo de independência da América portuguesa por terem

- A) incentivado o clamor popular por liberdade.
- B) enfraquecido o pacto de dominação metropolitana.
- C) motivado as revoltas escravas contra a elite colonial.
- D) obtido o apoio do grupo constitucionalista português.
- E) provocado os movimentos separatistas das províncias.

11. (G1 - cftrj 2014)

As guerras napoleônicas e a invasão francesa da Península Ibérica (1807-1808) resultaram na transferência da Corte portuguesa e de setores dirigentes do Estado português para o Brasil, criando uma situação inédita para a principal colônia portuguesa. Entre as mudanças trazidas, assinale a opção que expressa a opção verdadeira:

- A) A transformação do Rio de Janeiro em sede da monarquia portuguesa trouxe uma série de benefícios para esta cidade, como a criação de indústrias, centros culturais e universidades.
- B) A transferência da sede do Império português para o Brasil era um projeto existente desde o século XVII, prevendo a modernização econômica da colônia e a gradativa abolição da escravidão.
- C) A vinda da família real democratizou de certa forma as relações políticas existentes no Brasil, abrindo caminho para uma maior participação de camadas populares livres na vida política.
- D) A abertura dos portos, em 1808, e os tratados comerciais assinados em 1810 resultaram, na prática, no fim do exclusivo colonial português, em benefício dos interesses econômicos ingleses.

12. (Uern 2013)

... é comumente, datado a partir de 1808, com a chegada da família real portuguesa ao Brasil. A verdade dessa proposição reside, em especial, na montagem pelo Príncipe, e depois Rei, João VI, de um aparelho governativo no Brasil. Tal criação dá-se, por um lado, através da



transferência de órgãos portugueses e, de outro, com o surgimento, no Rio de Janeiro, de estruturas típicas de uma capital, com bibliotecas, um jornal, instituições de fomento. Ao mesmo tempo, são substituídos os institutos de caráter colonial, como os monopólios e as restrições industriais e comerciais. Por fim, todo o processo é coroado pela assinatura de dois tratados com a Inglaterra, um de Aliança e Amizade e outro de Comércio e Navegação, em 1810.

(Monteiro, Hamilton de Mattos. In: Linhares, Maria Yedda. *História Geral do Brasil*. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. p. 129.)

O trecho anterior se refere ao processo de

- A) abolição da escravidão.
- B) independência do Brasil.
- C) descolonização da região Sul do país.
- D) desenvolvimento industrial no Brasil.

13. (Vunesp 2011)

Artigo 5.º — O comércio de mercadorias inglesas é proibido, e qualquer mercadoria pertencente à Inglaterra, ou proveniente de suas fábricas e de suas colônias é declarada boa presa. (...)

Artigo 7.º — Nenhuma embarcação vinda diretamente da Inglaterra ou das colônias inglesas, ou lá tendo estado, desde a publicação do presente decreto, será recebida em porto algum.

Artigo 8.º — Qualquer embarcação que, por meio de uma declaração, transgredir a disposição acima, será apresada e o navio e sua carga serão confiscados como se fossem propriedade inglesa.

(Excerto do Bloqueio Continental, Napoleão Bonaparte. Citado por Kátia M. de Queirós Mattoso. *Textos e documentos para o estudo da história contemporânea (1789-1963)*, 1977.)

Esses artigos do Bloqueio Continental, decretado pelo Imperador da França em 1806, permitem notar a disposição francesa de:

- A) estimular a autonomia das colônias inglesas na América, que passariam a depender mais de seu comércio interno.
- B) impedir a Inglaterra de negociar com a França uma nova legislação para o comércio na Europa e nas áreas coloniais.
- C) provocar a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, por meio da ocupação militar da Península Ibérica.
- D) ampliar a ação de corsários ingleses no norte do Oceano Atlântico e ampliar a hegemonia francesa nos mares europeus.
- E) debilitar economicamente a Inglaterra, então em processo de industrialização, limitando seu comércio com o restante da Europa.



14. (Ibmecrj 2010)

O dia sete de setembro marca anualmente as comemorações de nossa independência em relação a Portugal. Entre os vários fatores que colaboraram para isto podemos destacar:

- A) o apoio recebido pelo príncipe-regente D. Pedro por parte das tropas portuguesas que aqui se encontravam;
- B) a transferência para Portugal de uma série de repartições criadas durante a permanência de D. João VI em nosso território, aumentando a insatisfação dos brasileiros com aquela situação de dependência;
- C) a submissão do príncipe-regente às ordens vindas de Portugal, levando à formação de um grupo de notáveis, sob a liderança de José Bonifácio, que se encarregariam de elaborar a nossa primeira constituição;
- D) o apoio dos cafeicultores paulistas, que, apesar do início recente da exportação cafeeira, já constituíam o grupo econômico mais importante do período colonial brasileiro;
- E) a permanência de D. João VI em nosso território, desagradando os revolucionários portugueses que participaram de um movimento na cidade do Porto que exigia imediatamente a volta do monarca a Lisboa.

15. (Ufpe 2002)

Atribuiu-se aos revolucionários de 1817 a defesa da soberania popular, a separação entre os poderes (legislativo, executivo e judiciário), a liberdade de culto e de expressão e a igualdade de direitos. Sobre esse movimento é correto afirmar:

- A) A revolta civil e militar, de 1817 em Pernambuco, destituiu o governo e estabeleceu pela força das armas um governo republicano, dando mostras de uma verdadeira revolução popular.
- B) O governo republicano que se instalou em Pernambuco em 1817, encontrou a estratégia militar que lhe garantiu a permanência no poder até abril de 1822.
- C) A ajuda do governo português aos revoltosos de 1817 em Pernambuco veio através de forças navais e terrestres, consolidando-se, então, o governo republicano revolucionário de Pernambuco.
- D) a origem de classe dos líderes do movimento republicano de 1817 não permitiu a radicalização das mudanças nas estruturas econômicas e sociais existentes.
- E) Em razão da ampla repressão do governo português ao movimento de 1817, os líderes foram presos e executados, inclusive o Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo e Caneca.



16. (Ufpe 1995)

As "revoluções libertárias" de Pernambuco, no século XIX, tinham um caráter separatista. A Revolução de 1817, entretanto, destacou-se por receber apoio de muitos padres católicos e da maçonaria.

Sobre esta Revolução, podemos afirmar que:

- A) o governo revolucionário recebeu uma grande influência do Sinédrio, importante sociedade secreta de Portugal;
- B) o principal objetivo do movimento era liquidar o comércio a retalho dominado pelos portugueses;
- C) o seu líder maior - Frei Caneca - desejava a separação do Império e a formação de uma confederação;
- D) o movimento revolucionário foi essencialmente militar, porque não havia uma classe burguesa local;
- E) o governo provisório era representado pelos proprietários rurais, pelo comércio, clero, magistratura e forças armadas.

17. (Ufpe 2008)

O Brasil foi colonizado com a ajuda marcante da Igreja Católica. Algumas rebeliões coloniais contaram com a participação ativa de membros do clero católico liberal.

Entre elas destacam-se a:

- A) Guerra dos Emboabas.
- B) Revolta dos Afaiates.
- C) Guerra dos Mascates.
- D) Revolução de 1817.
- E) Inconfidência Mineira.

18. (Ufpe 2005)

A luta para construir a autonomia política do Brasil contou com várias rebeliões, em que se destacaram reflexões sobre a questão da escravidão, que tanto atingiu a nossa história. Os escravos foram decisivos para a produção da riqueza social e sofreram com a exploração política e física dos seus senhores. Sobre a luta contra a escravidão no Brasil, podemos afirmar que:

- A) não houve resistências dos grandes proprietários, preocupados apenas com os lucros da exportação de seus produtos.
- B) a Revolta dos Alfaiates, na Bahia, mostrou-se contra a escravidão e teve apoio da população mais pobre de Salvador.



- C) todas as rebeliões políticas do século XVIII foram claramente contra a escravidão; sobretudo, as que ocorreram em Pernambuco.
- D) a vinda das ideias liberais para o Brasil em nada contribuiu para o fim da escravidão no século XIX.
- E) o fim do tráfico em 1850 não teve relação com a luta contra a escravidão, não abrindo, pois, espaços para novas reivindicações de liberdade.

19. (Ufpe 2001)

Sobre o processo de independência do Brasil assinale a alternativa correta.

- A) Após a Independência, os diferentes grupos liberais existentes no Brasil unem-se em torno da centralização do poder.
- B) Liberais centralistas e liberais federalistas lutaram no início do século XIX contra a elite conservadora do Império.
- C) As revoltas populares ocorridas durante o primeiro reinado foram amplamente defendidas pelos liberais centralistas.
- D) José Bonifácio apoiou a Independência do Brasil dentro de uma proposição centralista do estado brasileiro.
- E) Depois de consumada a independência, D. Pedro I apoiou-se no "partido brasileiro" afastando-se do "partido português".

20. (Ufpe 1996)

A Independência do Brasil despertou interesses conflitantes tanto na área econômica quanto na área política. Qual das alternativas apresenta esses conflitos?

- A) Os interesses econômicos dos comerciantes portugueses se chocaram com o "liberalismo econômico" praticado pelos brasileiros e subordinado à hegemonia da Inglaterra.
- B) A possibilidade de uma sociedade baseada na igualdade e na liberdade levou a jovem nação a abolir a escravidão.
- C) As colônias espanholas tornaram-se independentes dentro do mesmo modelo brasileiro: monarquia absolutista.
- D) A Guerra da Independência dividiu as províncias brasileiras entre o "partido português" e o "partido brasileiro", levando as Províncias do Grão-Pará, Maranhão, Bahia e Cisplatina a apoiarem, por unanimidade, a Independência.
- E) Os republicanos, os monarquistas constitucionalistas e os absolutistas lutaram lado a lado pela Independência, não deixando que as suas diferenças dificultassem o processo revolucionário.



21. (Unifesp 2009)

Em 1808, a família real portuguesa se transferiu para o Brasil. Esta transferência está ligada à:

- A) Tentativa portuguesa de impedir o avanço inglês na América.
- B) Disputa entre Inglaterra e França pela hegemonia europeia.
- C) Perda, por Portugal, de suas colônias na costa da África.
- D) Descoberta recente de ouro na região das Minas Gerais.
- E) Intenção portuguesa de proclamar a independência do Brasil.

22. (G1 - cps 2008)

Neste texto, Ruy Castro se transporta no tempo e se vê como um jornalista a noticiar a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro, ocorrida há 200 anos.

É hoje!

Rio de Janeiro. O príncipe regente dom João desembarca hoje no Rio com sua família e um enorme séquito de nobres, funcionários, aderentes e criados. Precisou que Napoleão botasse suas tropas nos calcanhares da Corte para que esta fizesse o que há cem anos lhe vinha sendo sugerido: transferir-se para o Brasil.

Não se sabe o que, a médio prazo, isso representará para a metrópole. Mas, para a desde já ex-colônia, será supimpa. Porque, a partir de agora, ela será a metrópole. E, para estar à altura de suas novas funções, terá de passar por uma reforma em regra - não apenas cosmética, para receber o corpo diplomático, o comércio internacional e os grã-finos de toda parte. Mas, principalmente, estrutural. Afinal, é um completo arcabouço administrativo que se está mudando.

Para cá virão os ministérios, as secretarias, as intendências, as representações e a burocracia em geral. Papéis sem conta serão despachados entre esses serviços, o que exigirá uma superfrota de estafetas [mensageiros]. A produção de lacre para documentos terá de decuplicar. O Brasil importará papel, tinta e mata-borrões em quantidade, mas as penas talvez possam ser fabricadas aqui, colhidas dos traseiros das aves locais.

Estima-se que, do Reino, chegarão 15 mil pessoas nos próximos meses. Será um tremendo impacto numa cidade de 60 mil habitantes. Provocará mudanças na moradia, na alimentação, nos transportes, no vestuário, nas finanças, na medicina, no ensino, na língua. Com a criação da Imprensa Régia, virão os jornais. O regente mandará trazer sua biblioteca. Da escrita e da leitura, brotarão as ideias.

Até hoje, na história do mundo, nunca a sede de um império colonial se transferiu para sua própria colônia. É um feito inédito - digno de Portugal. E que pode não se repetir nunca mais.

(Ruy Castro. "Folha de S. Paulo", 08/03/2008)



O texto de Ruy Castro apresenta algumas mudanças ocorridas na Colônia após a chegada da Família Real portuguesa ao Rio de Janeiro, as quais foram fundamentais para o processo da Independência.

Assinale a alternativa que apresenta uma medida adotada e sua importância para a emancipação política do Brasil.

- A) a transferência do corpo diplomático, do comércio internacional e dos grã-finos, pois garantiu a formação de uma elite nacional interessada na autonomia.
- B) um sensível crescimento da leitura e da escrita, com a criação da Imprensa Régia, os jornais, a biblioteca e o ensino, o que abriu espaço à formação e difusão de novas ideias.
- C) a vinda de ministérios, secretarias e intendências, pois sem essa burocracia seria impossível a formação de uma nação.
- D) a importação de papel, tinta e mata-borrões, sem os quais as aves não seriam utilizadas para o desenvolvimento de uma produção local.
- E) as mudanças na moradia, na alimentação, nos transportes e no vestuário, pois favoreceram a formação de uma classe média crítica e transformadora.

23. (G1 - cftsc 2007)

Assinale a proposição CORRETA. A transferência da Corte portuguesa para o Brasil teve consequências no processo de autonomia política brasileira.

- A) Foi possível ao governo metropolitano controlar o processo de independência do Brasil, que acabou ocorrendo de maneira lenta e gradual, diferentemente das demais colônias do continente sul-americano.
- B) A presença da monarquia no Brasil aguçou as contradições entre a Colônia e a Metrópole, levando a uma violenta separação, que se resolveu nos campos de batalha.
- C) Confrontada pela realidade brasileira e pelo alto grau de desenvolvimento político das instituições coloniais, a Coroa Portuguesa cedeu a independência de forma pacífica e generosa.
- D) Os brasileiros, sentindo mais próximas as amarras metropolitanas, rebelaram-se e conquistaram a independência no mesmo movimento que varria as colônias ibero-americanas.
- E) A presença da Corte possibilitou um grande desenvolvimento econômico, político e cultural na Colônia, o que, paradoxalmente, acabou por retardar o surgimento de um sentimento autonomista e nacionalista entre os brasileiros.

24. (Uel 2007)

A transferência da Corte de D. João VI para a colônia portuguesa teve apoio do governo britânico, uma vez que:



- A) Portugal negociou o domínio luso na Península Ibérica com a Inglaterra, em troca de proteção estratégica e bélica na longa viagem marítima ao Brasil.
- B) Em meio à crescente Revolução Industrial, os negociantes ingleses precisavam expandir seus mercados rumo às Américas, já que o europeu era insuficiente.
- C) O bloqueio continental imposto por Napoleão fechou o comércio inglês com o continente europeu; a instalação do governo luso no Brasil propiciou a retomada dos negócios luso-anglicanos.
- D) O exército napoleônico invadiu Portugal visando a instituir o regime democrático republicano de paz e comércio, em franca oposição ao expansionismo da monarquia britânica.
- E) Os ingleses pretendiam consolidar novos mercados na América Portuguesa, tendo em vista antigas afinidades socioculturais com os ibéricos.

25. (Ueg 2006)

A transferência da família real portuguesa para o Brasil em 1808 causou intensa movimentação no panorama da colônia. Estima-se que mais de 10.000 pessoas aportaram no Rio de Janeiro. Sobre tal contexto, é CORRETO afirmar:

- A) A ruptura do pacto colonial e o processo de independência são dois acontecimentos estreitamente relacionados com o estabelecimento da corte portuguesa no Brasil.
- B) D. João VI transferiu-se de Portugal para o Brasil em função do intenso progresso econômico da colônia, garantido pela exploração aurífera.
- C) A chegada da família real trouxe como resultado uma repressão sistemática ao comércio de escravos e, ao mesmo tempo, o incentivo à exportação de produtos manufaturados para a Europa.
- D) A reciprocidade de interesses entre a Coroa portuguesa e as elites locais pode ser percebida no esforço conjunto para escapar da influência econômica inglesa.

26. (Uff 2004)

Nas primeiras décadas do século XIX, ocorreu uma verdadeira "redescoberta do Brasil", como identificou Mary Pratt, graças à ação de inúmeros Viajantes europeus, bem como às Missões Artísticas e Científicas que percorreram o território, colhendo diversas informações sobre o que aqui existia. Foram registrados os diversos grupos humanos encontrados, legando-nos um retrato de diversos tipos sociais. Rica e fundamental foi a descrição que fizeram da Natureza, revelando ao mundo diferenciadas flora e fauna. Entretanto, até o início dos oitocentos, os estrangeiros foram proibidos de percorrer as terras brasileiras, e eram quase sempre vistos como espiões e agentes de outros países.

O grande afluxo de artistas e cientistas estrangeiros ao Brasil está ligado:



- A) à política joanina, no sentido de modernizar o Rio de Janeiro, inclusive com o projeto de criar uma escola de ciências, artes e ofícios;
- B) à pressão exercida pela Inglaterra, para que o governo de D. João permitisse a entrada de cientistas e artistas no Brasil;
- C) à transferência da capital do Império Português de Salvador para o Rio de Janeiro, modificando o eixo econômico da Colônia;
- D) à reafirmação do pacto colonial, em função das proposições liberais da Revolução do Porto;
- E) à política de vários países europeus, que buscavam ampliar o conhecimento geral sobre o mundo, na esteira do humanismo platônico.

27. (Ufv 2004)

O desembarque da família real e da corte portuguesa, em 1808, não só marcou o início de uma série de mudanças econômicas, políticas e administrativas como representou uma etapa decisiva no processo de emancipação política da Colônia. Das alternativas abaixo, assinale aquela que NÃO indica uma consequência da transferência da família real e da corte portuguesa para a América.

- A) Ocupação da Guiana Francesa e da Província Cisplatina e sua incorporação ao Império Português, como resultado da política externa agressiva adotada por D. João.
- B) Estabelecimento do Rio de Janeiro como sede do Império Português, que a partir de 1816 passou a se chamar Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.
- C) Abertura dos portos da Colônia às nações aliadas de Portugal, como a Inglaterra, dando início a uma fase de livre-comércio, ainda que com certas restrições.
- D) Revogação da lei que proibia a instalação de manufaturas na Colônia, o que provocou maior dinamização da economia, apesar da forte concorrência dos produtos ingleses.
- E) Redução dos impostos e da emissão de papel-moeda, o que impediu a reedição de movimentos de contestação ao domínio lusitano na América Portuguesa.

28. (Ufrgs 2004)

Embora a independência política do Brasil tenha sido declarada somente em 1822, o início do processo de emancipação pode ser relacionado com uma conjuntura anterior, na qual um acontecimento de grande impacto desencadeou as mudanças que levaram à separação entre o Brasil e Portugal. Esse fato, que assinalou o final efetivo da situação colonial, foi

- A) a Inconfidência Mineira, ocorrida em 1789, que introduziu no Brasil as ideias iluministas e republicanas, minando a monarquia portuguesa.
- B) a Inconfidência Baiana, ocorrida em 1798, que introduziu no Brasil as ideias jacobinas e revolucionárias, levando ao fim do domínio lusitano.



- C) a transferência da Corte para o Brasil em 1808, que significou a presença do aparato estatal metropolitano na Colônia, a qual passou a ser a sede da Monarquia portuguesa.
- D) a Revolução Pernambucana de 1817, que trouxe para o cenário político brasileiro o ideário maçônico e republicano.
- E) a convocação das Cortes de Lisboa em 1820, que exigiram o retorno de Dom João para Portugal e a recolonização do Brasil.

29. (Fgv 2002)

A transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, proporcionou:

- A) A ampliação do controle metropolitano sobre as atividades coloniais e o maior enquadramento do Brasil às estruturas do Antigo Sistema Colonial.
- B) O estabelecimento de interesses convergentes entre membros da burocracia imperial, proprietários rurais e comerciantes, base sociopolítica decisiva para o processo de emancipação política.
- C) A mudança da capital do Vice-reino do Brasil para o Rio de Janeiro e a compensação da perda do poderio político baiano, por meio de uma ampla autonomia econômica autorizada a toda a região nordestina.
- D) A emergência de uma burguesia mercantil interessada em modernizar o Brasil pelo rompimento dos laços coloniais com Portugal e a abolição imediata da escravidão.
- E) Maior dispersão dos domínios portugueses na América, em função das rivalidades regionais acentuadas e ampliadas com a elevação da cidade do Rio de Janeiro à condição de capital do império colonial.

30. (Puccamp 1994)

A transferência da corte portuguesa para o Brasil conferiu à nossa independência política uma característica singular, pois favoreceu a

- A) ruptura do pacto colonial, sem graves convulsões sociais e, também, sem a fragmentação territorial.
- B) manutenção do exclusivo colonial e a continuidade dos investimentos portugueses.
- C) coesão partidária sem contestação e a unidade provincial em torno do novo regime.
- D) alteração da estrutura social anterior e, também, da organização econômica.
- E) permanência dos funcionários ligados à corte e, também, dos burocratas lusos.





1. Alternativa D
2. Alternativa D
3. Alternativa C
4. Alternativa E
5. Alternativa B
6. Alternativa C
7. Alternativa E
8. Alternativa E
9. Alternativa B
10. Alternativa B

11. Alternativa D
12. Alternativa B
13. Alternativa E
14. Alternativa B
15. Alternativa D
16. Alternativa E
17. Alternativa D
18. Alternativa B
19. Alternativa D
20. Alternativa A

21. Alternativa B
22. Alternativa B
23. Alternativa A
24. Alternativa C
25. Alternativa A
26. Alternativa A
27. Alternativa E
28. Alternativa C
29. Alternativa B
30. Alternativa A



11. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Muito bem, querido concurseiro. Se você chegou até aqui é um bom sinal: o de que tentou praticar todos os exercícios. Não se esqueça da importância de ler a teoria completa e sempre consultá-la. Não se esqueça dos seus objetivos e dedique-se com toda a força para alcançá-los. Sonhe alto, pois “quem sente o impulso de voar, nunca mais se contentará em rastejar”. Encontro você na nossa próxima aula.

Bons estudos, um grande abraço e foco no sucesso.

Até logo...

Prof. Sérgio Henrique Lima Reis.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.